



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

ELEN CRISTINA DA SILVA PESSÔA

AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE PARAENSE: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA Itabocal, Mãe do Rio (PA).

Belém
2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

ELEN CRISTINA DA SILVA PESSÔA

AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE PARAENSE: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA Itabocal, Mãe do Rio(PA).

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Orientador: Prof. Dr. Thomas Hurtienne.

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Pessôa, Elen Cristina da Silva.

Agricultura familiar no nordeste paraense: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA Itabocal, Mãe do Rio (PA) /Elen Cristina da Silva Pessôa; Orientador, Thomas Hurtienne. – 2007.

111f.; il.; 31 cm.

Inclui bibliografias e anexos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2007.

1. Agricultura familiar - Mãe do Rio (PA). 2. Mãe do Rio (PA). 3. Crédito agrícola – PRONAF – Mãe do Rio(PA). 4. Agricultura e política – Mãe do Rio (PA). I. Título.

CDD 630. 8115

ELEN CRISTINA DA SILVA PESSÔA

AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE PARAENSE: um estudo de caso do PRONAF na comunidade Santa Ana – PA Itabocal, Mãe do Rio(PA).

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Sustentável, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Orientador: Prof.^a Dr. Thomas Hurtienne.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof^a Dr. Thomas Hurtienne
Orientador – NAEA/UFPA

Prof^o. Dr. Josep Pont Vidal
Examinador – NAEA/UFPA

Prof^a Dr. Milton Cordeiro Farias Filho
Examinador – Externo

Dedico este trabalho a todos os agricultores do assentamento Itabocal, em especial aos de Santa Ana do Piripindeua-Mãe do Rio-Pará.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a agradecer:

- Aos meus pais e irmãos, pela paciência e expectativa pela conclusão deste trabalho.
- Ao Professor Thomas Hurtienne, pela orientação, pela paciência e compreensão quanto às limitações surgidas durante a construção desta pesquisa.
- Aos agricultores de Santa Ana, PA-Itabocal-Mãe do Rio, Pará, por terem aberto suas portas e me recebido com carinho e pela paciência quando se dispuseram a colaborar com a pesquisa, principalmente respondendo os questionários ali aplicados. E agradeço também aos agricultores das demais comunidades visitadas no referido assentamento.
- Ao Sr. José Cordeiro e sua família por terem me acolhido em sua casa, quando das minhas idas à comunidade.
- Aos técnicos da COODERSUS, pela colaboração junto a esta pesquisa durante o período de visitas em Mãe do Rio e na Comunidade de Santa Ana.
- Ao INCRA, na figura de seus técnicos da biblioteca e da administração, que dispuseram de materiais bibliográfico, cartográfico e informações acerca do referido assentamento.
- Aos amigos e colegas: Nao, Dion, Nazareno, Aluisio, Gisalda, e Rubens, que tiveram uma participação focalizada, durante a construção desta pesquisa.
- Aos colegas do NAEA: Rejane, Prof. Romano, Wanderlino e Joana, pela colaboração nessa pesquisa com o material cartográfico, orientações e apoio.
- Aos colegas do Banco da Amazônia: Eduardo, Helder, Robson, Imbiriba e Moura (GEPAT), Benito e Francisco de Jesus (GEREG-PA I), Carol, Karla, Julio, Américo, Iran, Silvio, Nonato, Mario Jorge, Marilene e Geany (GCREF-COPEN), a Mônica e Ordele (GEDER), por terem compreendido esse processo e colaborado com apoio, conversas, orientações e informações sobre a pesquisa.
- Aos amigos do Instituto AMAS: Léia, Roselene, Aldecy, Patrícia, Neide e Lucilene, por terem colaborado com dicas, orientações, sugestões de bibliografia, apoio com infra-estrutura e por acompanharem e torcerem pela conclusão desta pesquisa.
- Ao Prof. Kato da EMBRAPA, por ter me recebido e informado sobre o projeto *Sistemas Alternativos Agroecológicos para a Agricultura Familiar no Nordeste Paraense*, implementado na comunidade pesquisada.
- Aos demais colegas da COENG-GEPAT/Banco da Amazônia, que vêm desde o início da construção do projeto, acompanhando e torcendo pela conclusão deste trabalho.
- A todos e todas que tiveram participação neste trabalho e que por ventura eu deixei de mencionar nos agradecimentos.

Camponês, plantas o pão
No escuro – e nasce um clarão
Quero chamar-te de irmão.

De noite, comendo o pão,
Sinto o gosto dessa aurora
Que te desponta da mão.

Fazes de sombra um facho
de luz para a multidão
És um claro companheiro
Mas vives na escuridão.
Quero chamar-te de irmão.

E enquanto não chega o dia
Em que o chão se abra em reinado
De trabalho e de alegria,
Cantando juntos, ergamos
a arma do amor em ação.

(Thiago de Mello)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo de caso sobre o PRONAF crédito rural na comunidade de Santa Ana do Piripindeua, assentamento Itabocal, município de Mãe do Rio, Pará. A pesquisa tem como objetivo identificar os resultados obtidos junto aos agricultores financiados pelo programa, comparando-os com os agricultores não financiados. O trabalho fundamentou-se na pesquisa de campo, com aplicação de 49 questionários durante os meses de setembro a dezembro-2006. Os resultados na renda bruta dos pronafianos foram percebidos com melhor participação nas atividades de pecuária - atividade financiada, nas culturas temporárias bem como em outras criações, não apresentando grande impacto nas culturas permanentes. Entre os não pronafianos percebeu-se um bom resultado na renda bruta proveniente da pecuária. Verifica-se por fim, a necessidade de fortalecer o debate sobre a diversificação de atividades, nos projetos financiados pelo programa.

Palavras-chave: PRONAF. Agricultura familiar. Crédito rural. Mãe do Rio (PA).

ABSTRACT

This research presents a case study on PRONAF, agricultural credit in the community of Saint Ana of the Piripindeua, Itabocal settlement, municipality of Mãe of the Rio, state of Pará. It aims to identify the results obtained next to the agricultural laborer financed by the program, comparing them with the agricultural laborer not financed. The project was based on the field research with application of 49 questionnaires, from September to December, in 2006. The results of the gross income of the pronafianos had been perceived with better participation in the livestock production, activity financed in the temporary cultures, as well in other breeding, not presenting great impact in the permanent cultures. Among not pronafianos, it was noticed that a good result on the gross income proceeding from livestock production. Finally, it is verified the necessity of fortifying the debate about diversification of activities in the projects financed by the program.

Key-words: PRONAF. Family agriculture. Agricultural credit. Mae do Rio (PA/Brazil).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – PRONAF - Região Norte (total investido em R\$ milhões), p. 54

Mapa 1: Carta-Imagem da área do PA - Itabocal (PA), p. 60

Fotografia 1: Vista de uma das vias principais do Município de Mãe do Rio- (PA), Av. Castelo Branco, p. 61

Fotografia 2: Coodersus-Mãe do Rio-PA, p. 63

Fotografia 3: Vista da Comunidade Santa Ana – PA-Itabocal (PA), p. 64

Fotografia 4: Comunidade Nova Jerusalém –PA-Itabocal, p. 65

Fotografia 5: Galpão do Agricultor -Mãe do Rio (PA), p. 66

Gráfico 2 – Naturalidade dos entrevistados, p. 67

Gráfico 3 – Faixa etária dos entrevistados, p. 68

Gráfico 4 – Grau de escolaridade dos entrevistados, p. 69

Fotografia 6: Clube Agrícola de Santa Ana, p. 70

Fotografia 7: Educação infantil multiseriado – jardim e alfabetização, p. 71

Gráfico 5 – Recursos recebidos não advindos da agricultura, p. 71

Fotografia 8: Lote de agricultor assistido por projeto parceria FANEP/Embrapa (Pólo Pró-ambiente), p. 73

Fotografia 9: Estabelecimento utilizado para criação de gado, p. 74

Fotografia 10: Família descascando mandioca para preparo de farinha, p. 78

Fotografia 11: Consórcio pimenta do reino e feijão, p. 80

Fotografia 12: estabelecimento com apicultura, em Santana, p. 83

Fotografia 13: Criação de frango em estabelecimento, p. 84

Gráfico 6 – Assistência técnica, p. 87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo dos grupos e das linhas especiais do PRONAF na Região Norte, p. 51

Tabela 2 - Operações contratadas PRONAF no PA - Fonte FNO no Pará ano civil – 2000 – 2006, p. 55

Tabela 3 - Operações Contratadas/FNO - 2000 a 2006 por grupo e linhas especiais em R\$, p. 56

Tabela 4 - Operações Contratadas/FNO - 2000 a 2006 por grupo e linhas especiais, p. 57

Tabela 5 - Evolução dos recursos vegetais nos estabelecimento dos produtores entrevistados, p. 75

Tabela 6 - Comercialização da pecuária no último ano agrícola, p. 77

Tabela 7 - Comercialização e consumo das culturas temporárias no último ano agrícola, p. 79

Tabela 8 - Comercialização e consumo de culturas permanentes no último ano agrícola, p. 82

Tabela 9 - Comercialização e consumo de outros produtos no último ano agrícola, p. 85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	ELEMENTOS CONCEITUAIS ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR E A RELAÇÃO COM O CRÉDITO.....	19
2.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
2.2	A RELAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM O CRÉDITO RURAL-PRONAF.....	32
3	O PRONAF COMO INSTRUMENTO COLABORADOR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	36
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS, EM ESPECIAL DO FNO, COMO ALTERNATIVA DE CRÉDITO RURAL PARA ATENDER OS PRODUTORES FAMILIARES RURAIS.....	42
3.2	A CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA A REFORMA AGRÁRIA PROCERA.....	44
3.3	A ORIGEM DO PRONAF E SUA APLICAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ.....	45
3.3.1	A aplicação do PRONAF no Pará no período de 2000 a 2006.....	54
4	ESTUDO DE CASO: O PRONAF EM SANTA ANA DO PIRIPINDEUA - ASSENTAMENTO ITABOCAL – PARÁ.....	59
4.1	DESCRIÇÃO E HISTÓRICO DO PA ITABOCAL.....	59
4.2	DIAGNÓSTICO DE SANTANA.....	66
4.3	O PRONAF EM SANTANA.....	72
4.4	ATIVIDADES PRODUTIVAS EM SANTANA.....	74

4.4.1	A pecuária.....	74
4.4.2	Produção, consumo e comercialização das culturas temporárias.....	78
4.4.3	Produção, consumo e comercialização das culturas permanentes.....	80
4.4.4	Produção, consumo e comercialização de outros produtos.....	83
4.5	A PARTICIPAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ACOMPANHAMENTO DOS AGRICULTORES.....	86
4.6	QUESTÕES GERAIS SOBRE O PRONAF EM SANTA ANA.....	87
4.7	A RELAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO COM A TEORIA.....	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS.....	99
	ANEXO.....	104

1 INTRODUÇÃO

Na discussão sobre a questão agrária no Brasil não se pode desconsiderar o que é compreendido e já comprovado por pesquisas, em particular por se tratar de realidade que contribui produtivamente e positivamente para economia nacional, tal como mostram os números expressivos do setor. Essa questão também se evidencia como relevante em função das interações no que refere à dimensão social e ambiental, por meio da qual se chama a atenção para a agricultura familiar. Assim, a luta e a organização desse setor são históricas e vem ganhando reconhecimento com o passar dos anos. Na Região Norte a situação não tem sido diferente do restante do país, considerando seu histórico de ocupação e o processo de organização dos agricultores a partir da década de 1960, precisamente com a abertura e a implantação dos grandes projetos de integração nacional, com a abertura de fronteiras na Região e com os conflitos decorrentes do uso desordenado da terra.

Esse cenário provocou, portanto, a necessidade da organização dos pequenos agricultores, entre outros motivos, devido à forma como a política pública agrícola brasileira vinha sendo desenhada, ou seja, favorecendo os médios e grandes agricultores, refletindo um processo de desenvolvimento rural onde o pequeno se tornara marginalizado ou excluído. De todo modo esse processo de desigualdade no campo ainda persiste e com mais força por conta dentre outras questões das políticas voltadas para o agronegócio.

Destarte, a dinâmica capitalista no campo tende a dominar esse espaço com práticas agrícolas de maior intensidade e capacidade tecnológica, conduzindo à ocupação de grandes extensões de terras, o que em alguns casos pode levar o trabalhador rural a vender sua propriedade e se dirigir para a cidade, ou, em outro caso, vender sua força de trabalho para esse empreendimento agrícola capitalista, provocando o enfraquecimento e a exclusão social do pequeno produtor, o que contribui para a intensificação dos conflitos agrários. Mas, como destaca Cerqueira e Rocha (2002, p. 106), a “[...] agricultura familiar estabeleceu estratégias de reprodução, que contraditoriamente ao papel destinado a esse tipo de produção na política agrícola, manteve sua importância no espaço rural brasileiro”. Por conseguinte, isso reforça a importância da organização dessa categoria, acenando para a possibilidade de mudanças no cenário rural brasileiro.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF surge nesse cenário como uma política pública que se propõe a fortalecer socialmente essa categoria, com o intuito de fomentar o desenvolvimento do meio rural, com ações destinadas ao aumento da capacidade produtiva, à manutenção e geração de empregos e à elevação da renda na tentativa de melhorar a qualidade de vida desses agricultores familiares, com isso inseri-los no mercado.

Dado que as políticas de crédito para o pequeno produtor têm resultado muitas vezes em limitações aos objetivos pretendidos, e considerando a carência de estudos localizados, quer dizer, dirigidos para a região Amazônica sobre esse Programa, o presente trabalho se propõe a analisar a aplicação do PRONAF em projetos de assentamento, no caso especificamente aqui tratado, a comunidade de Santa Ana do Piripindeua, assentamento de Itabocal, município de Mãe do Rio (PA). A pesquisa tem como objetivo geral, observar o comportamento do PRONAF na comunidade pesquisada identificando os resultados obtidos junto aos agricultores financiados, comparando-os com os agricultores não financiados.

As perguntas levantadas tentam responder a questões como: que resultados foram identificados junto aos pronafianos após a implementação de projetos financiados pelo PRONAF? Que resultados foram obtidos pelos não pronafianos no período da pesquisa? Por que o PRONAF ainda é preterido por alguns agricultores na referida comunidade? Quanto às hipóteses têm-se as primeiras aproximações abaixo (1) o PRONAF grupo A promoveu bons resultados na comunidade estudada no que se referem à destinação dos recursos aplicados e aos resultados alcançados junto às atividades agrícolas; (2) o PRONAF não conseguiu, enquanto programa, implementar projetos voltados para a diversificação, desse modo, os projetos financiados foram para investimentos na pecuária bovina. E como se pode observar, tentar responder a essas questões exige clareza e planejamento da metodologia a ser utilizada para este estudo.

Nessa direção, o esforço em compreender a complexa realidade rural pede clareza quanto ao procedimento metodológico a ser utilizado. Essa escolha é importante porque irá nortear todo o trabalho científico, despertando e levando o pesquisador a relacionar a produção científica e o conhecimento, a partir da utilização de instrumentos que possam definir e direcionar o estudo de caso (YIN, 2001).

A presente pesquisa apresenta-se como um estudo de caso de caráter descritivo e exploratório sobre o PRONAF, precisamente na comunidade Santa Ana do Piripindeua, no Assentamento Itabocal-PA, localizada na área pertencente ao município de Mãe do Rio (PA). O referido assentamento possui uma área de 39.680 há, abrangendo os municípios de Mãe do Rio, Irituia e Capitão Poço.

Considerando a discussão metodológica, é importante que se entenda o porquê da escolha do referido objeto pesquisado. A proposta inicial da pesquisa, tinha como projeto estudar os impactos do PRONAF em áreas de assentamento. De início foi projetado o estudo de impacto do PRONAF no PA Itabocal em seu todo, a partir de uma amostra que contemplasse toda a área, considerando as 27 comunidades existentes no referido PA. Porém, fatores como tempo impediu a realização de um estudo mais aprofundado, o que fez com que a pesquisa assumisse a forma de um estudo de caso, portanto, em uma comunidade específica, no caso Santa Ana do Piripindeua, conhecida pelos moradores da área por Santana. A escolha de Santana se deu considerando alguns elementos como o tempo de existência da comunidade no assentamento¹, por já existir na área aproximadamente há 30 anos e por uma boa parte dos agricultores já ter recebido o PRONAF.

Quando se pensou nessa pesquisa foram levados em consideração fatores como a conciliação do tempo entre trabalho e estudo. Como se vê, mais uma vez aqui se faz presente o fator tempo, além, é claro, das limitações dos recursos financeiros para a realização da pesquisa. Diante disso foi feita uma visita inicial ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA para se ter acesso à relação de assentamentos registrados e coordenados por aquele Instituto. Considerou-se para esta pesquisa a distância para deslocamento ao objeto de estudo e o período de recebimento de PRONAF pelos assentamentos.

Diante desses critérios, a região definida para estudo foi o Nordeste paraense, permitindo o acesso mais rápido ao assentamento. Ademais, Itabocal tem mais de dez anos de existência enquanto projeto de assentamento, sendo beneficiário do PRONAF desde 2000. É bem verdade que esse assentamento já vinha sendo assistido pelo FNO-Especial e pelo PROCERA, além de ter sido assistido pelo projeto Lumiar.

¹ O PA antes de tornar-se assentamento era uma gleba com muitas comunidades já instaladas, entre elas Santana, com aproximadamente 35 anos de existência. Maiores detalhes no capítulo IV.

Buscando compreender a dinâmica da agricultura familiar, seu papel social, político e econômico e sua relação com a pesquisa de campo, neste trabalho foram consideradas como categorias: unidade de produção familiar e agricultura familiar, considerados como segmentos que detêm a propriedade da terra, da mão-de-obra familiar e dos meios de produção, respeitando-se as diferentes pesquisas e opiniões de autores, sobre o assunto. Além do que no caso do PRONAF, quando o crédito é liberado, mesmo sendo em nome de um agricultor, o financiamento e o resultado do investimento ou custeio aplica-se a toda unidade familiar.

Quanto à definição da amostra, esta foi construída levando-se em conta o número de famílias existentes na comunidade, devidamente registradas na Relação de Beneficiários do INCRA conhecida por RB, condição importante para que agricultores possam adquirir financiamentos. Apesar de na comunidade habitarem aproximadamente 138 famílias, identificou-se cadastradas na RB, até final de 2006, 58 famílias. Dessas 58, foram entrevistadas 49, pois não foi possível entrevistar 100% das famílias devido aos seguintes fatores: (1) a não autorização para entrevista por parte de um agricultor; (2) por um trabalhador rural ter vendido o lote e ido embora da área, (3) e pelos demais não terem sido encontrados durante o período da realização das entrevistas. O total de famílias que ocupam o assentamento até 2006, cadastradas em RB, era de 571 em todo o assentamento; lembrando que a capacidade da área total para assentar é de aproximadamente 1000 famílias. Dos 49 agricultores entrevistados em Santana, 32 são pronafianos² e 17 não o são. Apesar de pequena, a referida amostra não anula a pesquisa.

Para esse estudo, tinha-se ainda o intuito de se realizar junto aos entrevistados, uma comparação entre o resultado da produção antes e depois de terem recebido o PRONAF, o que não foi possível pois os entrevistados não tinham esse controle da produção antes de terem recebido crédito pelo referido Programa. As informações aqui apresentadas referem-se a agricultores que receberam financiamentos entre os anos de 2000 a 2006, porém considera-se para efeito de estudos, o resultado da produção obtido no último ano agrícola dos agricultores, considerando o ano da pesquisa-2006.

Quanto aos dados primários, estes foram coletados através de questionários com perguntas fechadas e abertas. Com relação às perguntas abertas, alguns agricultores

² O termo pronafiano é considerado para os agricultores que tiveram projetos financiados através do PRONAF, logo o agricultor que não recebeu nenhum financiamento de PRONAF é considerado não pronafiano.

permitiram a gravação das repostas com a inserção de pequenas considerações sobre questões peculiares à comunidade e ao crédito. Assim, foi possível entrevista com o uso do gravador, e dentre os entrevistados, tem-se o então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mãe do Rio, que tratou sobre a origem da comunidade e do assentamento, inclusive com relatos sobre os conflitos quando da apropriação de parte da área de Itabocal.

Por meio do questionário foi possível o levantamento de dados sobre perfil do agricultor, a produção, o consumo e a renda auferida. Ainda na pesquisa de campo foram coletados dados sobre a área histórico-geográfica do objeto de pesquisa para uma sistematização mais eficiente das informações. Apesar de se identificar a aplicação de PRONAF na comunidade desde 2000, os dados coletados referem-se ao último ano agrícola considerando o período da pesquisa-2006, esse fator não possibilitou a realização de uma avaliação do crédito numa série temporal de 2000 a 2006.

Além da pesquisa de campo, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica acerca de discussões teóricas que puderam nortear a dissertação, tais como agricultura familiar, políticas de crédito voltadas para o meio rural e a relação do crédito com políticas institucionais, com verificação de documentos e dados quantitativos diversos. Em relação aos dados quantitativos, foram utilizados levantamentos feitos junto ao Banco da Amazônia e à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

Outro órgão visitado foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, o que se fez no início da construção do projeto, a fim de se definir o assentamento a ser pesquisado. Posteriormente foi visitado, também, o setor de Cartografia do INCRA, contatando a prestadora de serviços que presta assistência técnica na área, a Cooperativa de Prestação de Serviços em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável-COODERSUS. Além destes recursos foram utilizados resultados de pesquisas já realizadas em outros estados, com artigos conseguidos junto à biblioteca do NAEA, bem como artigos de cunho científico disponíveis na internet.

Os serviços do laboratório de cartografia-LAENA do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos foram indispensáveis para a construção do mapa da área. Ao finalizar essa etapa de coleta e tratamento dos dados, deu-se início à sistematização e à análise das informações

coletadas, finalizando com a elaboração do relatório final em que apresenta os resultados do estudo.

As diversas visitas realizadas no assentamento – inicialmente em 10 comunidades – permitiu uma melhor percepção da realidade investigada, sobretudo na vivência da interação entre pesquisador e pesquisado, compreendendo dessa maneira, o funcionamento da relação entre a prestadora de assistência técnica e os beneficiários do PRONAF e destes com as instituições financeiras. Durante as visitas de campo percebeu-se como é desafiador para o pesquisador menos experiente enfrentar a complexidade da realidade para a construção e transcrição do que era possível observar e sentir. E o que se apresenta nesta etapa do estudo corresponde a uma síntese das evidências produzidas sobre o objeto da pesquisa, e que se deu a partir do ato de escrever, portanto, enquanto etapa de finalização do trabalho em que se reflete e textualiza todos os fatos observados durante a pesquisa de campo.

Assim, vistas essas questões iniciais referentes ao problema, às hipóteses, aos objetivos e à metodologia utilizada no trabalho, o que se segue é um capítulo dedicado à discussão teórica em torno do tema da agricultura familiar e sua relação com o crédito. Em seguida, discute-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em suas características enquanto política de financiamento para os trabalhadores rurais. Posteriormente, o capítulo quatro é dedicado à apresentação e à discussão dos dados levantados na pesquisa, em que se procura observar os efeitos desse instrumento de crédito (PRONAF-crédito rural) sobre os pronafianos e não pronafianos. Por fim são tratadas as considerações finais observados sobre a experiência do PRONAF em Itabocal, Mãe do Rio (PA).

2 ELEMENTOS CONCEITUAIS ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR E A RELAÇÃO COM O CRÉDITO.

Discutir sobre agricultura familiar partindo da ótica conceitual não é tão simples, muito menos relacionar esse debate com a discussão sobre o crédito rural. A categoria agricultura familiar surge com força na academia e com mais destaque no cenário nacional, com autores levantando discussões sobre sua importância e estratégias de reprodução no meio rural bem como a participação do crédito nesse processo.

As discussões sobre a importância dessa categoria na agricultura no Brasil se aprofundam a partir da década de 1990, onde se mantém resistindo enquanto categoria social, ressaltando-se toda uma trajetória de lutas, considerando entre outras situações, a tentativa de resistir à lógica mercadológica e excludente que favorece e fortalece o incentivo a investimentos e à criação de políticas públicas voltadas para a grande propriedade caracterizada pelo uso de técnicas avançadas e mão-de-obra assalariada e grandes extensões de terra.

Pesquisas na área rural indicam a relevância da categoria agricultura familiar e algumas apresentam resultados positivos, em especial quando registram a sua contribuição para o aumento da produção agrícola no Brasil, confirmando como importante essa influência na economia nacional, nas políticas públicas, e também como uma questão social, demonstrando ser esse tipo de agricultura de extrema importância para o desenvolvimento rural. Outros estudos direcionam a referida discussão e sua relação com as políticas de financiamentos para o meio rural, no caso aqui tratado, o Pronaf.

Este capítulo se propõe, a partir de uma “conversa” entre alguns autores, explicar a conceituação sobre agricultura familiar, seu processo organizacional e introduzir um debate a cerca do crédito. Para essa discussão serão apresentadas idéias de alguns autores que discutem a agricultura familiar e crédito rural-Pronaf.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

Hugues Lamarche (1997), na obra por ele coordenada, denominada *A agricultura familiar: comparação internacional*, já apresentava e indicava a dificuldade quanto à definição de agricultura familiar. O autor analisa o problema acerca da exploração familiar e o seu funcionamento em diferentes realidades sociais e econômicas.

Nessa direção, Lamarche (1997, p. 15) introduz a conceituação tratando o termo *exploração familiar*. A exploração familiar, segundo esse autor, corresponde a “[...] uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. A terminologia *explorador familiar* “[...] caracteriza mais uma exploração individual, de preferência tradicional e, por isso, naturalmente, tende a ser confundida com o de exploração camponesa”. Quando Lamarche escolheu discutir a definição de exploração familiar, o fez pela necessidade de uma definição mais precisa, atribuindo a ela dois fatores: propriedade e trabalho, os quais se interligam à família como noções complexas e abstratas.

Sua obra ressalta uma ambigüidade quanto à noção de termos como *exploração camponesa* e *exploração familiar*, pois se tratam de categorias distintas. No campo da exploração familiar, através de uma análise em Chayanov e Mendras (*apud* LAMARCHE, 1997, p. 16) discute-se a exploração camponesa como uma categoria definida a partir de alguns princípios. Assim, para Chayanov (*apud* LAMARCHE, 1997, p. 16), esses princípios são os seguintes:

- há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo;
- o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável;
- os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca.

Em Mendras (*apud* LAMARCHE, 1997, p. 16), por sua vez, tem-se os seguintes princípios:

- autonomia relativa em relação à sociedade como um todo;
- a importância estrutural do grupo doméstico;
- um sistema econômico de autarquia relativa;
- uma sociedade de inter-relacionamentos;

- a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade geral.

A comparação feita por Lamarche (1997, p. 16) no que se refere a essas definições indica que “a exploração camponesa é uma exploração familiar (...) mas nem todas as explorações familiares são camponesas”. Trata-se, portanto, como o autor descreve, da necessidade de se considerar a forma como se planeja a produção do agricultor ou do explorador. Lamarche (1997) discute essa questão definindo essa forma de planejar, explorar e definir estratégias como “modelo ideal”. Entende-se que esse modelo deve levar em conta a finalidade a que se propõe a exploração familiar: modelo familiar; modelo de subsistência ou até mesmo empreendimento agrícola. Com isso o termo “exploração familiar” adquire diferentes situações.

A referida obra ressalta a capacidade de adaptação dessa exploração familiar a mudanças, quer por fatores políticos, econômicos, sociais ou ambientais. Assim:

[...] As explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam – ou puderam – adaptar-se às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado (LAMARCHE. 1997. p. 21).

Essa não possibilidade de adaptação às mudanças, por conseguinte, a não adaptação dos sistemas de produção às exigências dos mercados, torna o explorador, como ressalta Lamarche (1997), muito dependente de seu “Modelo Original”. Nesse caso importante se faz considerar os motivos que podem levar a essa dependência quanto a um modelo original, quando da negação de valores repassados pelas famílias aos seus entes, tanto no que se refere à cultura ou à organização da produção, implicando na perda de seu patrimônio cultural.

Lamarche (1997), na obra citada, destaca a necessidade de se respeitar as diversidades existentes no comportamento das famílias. A sua metodologia propõe comparar os sistemas de funcionamento em diferentes contextos, que o autor descreve como: sistema de produção, sistemas fundiários, sistemas de representação etc. Num foco qualitativo, a obra busca evidenciar as diferentes lógicas pela quais o explorador familiar está inserido.

Em se tratando da conceituação de agricultura familiar considerando a força que vem ganhando nas discussões recentes no Brasil na década de 90, sua conceituação antes desse período estava relacionada à pequena produção, à agricultura de subsistência, ao pequeno produtor e até mesmo à agricultura camponesa. Esses conceitos são diferentes e passam pela compreensão da agricultura familiar. A agricultura camponesa é entendida pela necessidade da reprodução e manutenção da família, com sua produção destinada não apenas para o consumo interno, mas para o mercado. No que se refere à agricultura de subsistência, essa categoria se preocupa em um consumo a curto prazo, sem se preocupar com uma escala de produção voltada com mais força para o mercado (WANDERLEY, 1996).

Para Wanderley (1996, p. 1), considerando as diferentes formas apresentadas pelos conceitos acima, a agricultura familiar é tida como “[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...] um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. A autora se apropria da denominação *diferenciação demográfica*, utilizada por Chayanov (*apud* LAMARCHE, 1997, p. 4) para destacar a centralidade da família e a relação trabalho e propriedade, o que apresenta como “[...] esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto, definidora das necessidades de consumo”. Essa composição trabalho/consumo destaca-se como elemento importante para explicar a transformação interna da família, bem como quais as conseqüências desse agir familiar econômica e socialmente.

A hipótese levantada por Wanderley (1996) é a de a agricultura familiar, no seu conceito, incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, amparada em um tripé: propriedade, trabalho e família. Há um destaque também para a questão da continuidade do trabalho familiar, da garantia da reprodução familiar, definida pela autora como um projeto para o futuro, haja vista que:

Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, condições de sua sobrevivência (WANDERLEY, 1996, p. 4).

A família consegue, portanto, definir seus caminhos, estabelecer estratégias para assegurar sua existência, sua permanência e representatividade no cenário rural, logo passam a deter autonomia nas suas decisões.

Importante destacar, como a autora trata do termo campesinato, que define como “as formas modernas de agricultura familiar”, em que “[...] nas sociedades modernas multiplicam-se outras formas da agricultura familiar não camponesas” (WANDERLEY, 1996, p.7). Logo, relações com o novo contexto de reprodução. “(...) a agricultura assume atualmente uma racionalidade moderna, o agricultor se profissionaliza, o mundo rural perde seus contornos de sociedade parcial e se integra plenamente à sociedade nacional” (WANDERLEY, 1996, p. 8).

Um outro ponto importante destacado pela autora refere-se ao papel que a agricultura familiar vem desempenhando no país. Em sua hipótese geral, há um destaque para a diferença entre a grande propriedade, com seu reconhecimento na história brasileira, enquanto a agricultura familiar assume um papel secundário nesse processo. Destarte:

No Brasil, a grande propriedade dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1996, p. 9).

No que se refere ao Brasil, a agricultura familiar, diferentemente dos países desenvolvidos, ainda resiste às dificuldades, em especial de acesso ao mercado e à modernização do meio rural, conforme se evidencia abaixo:

Tendo que se adaptar às exigências da agricultura moderna, esta forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 1996, p.17).

Torna-se importante e necessário para a agricultura familiar a busca, a conquista de seu espaço nesse processo, a fim de provar a sua força e capacidade de contribuir no processo de desenvolvimento rural no país.

Schineidder (2003), na sua discussão a cerca da Teoria Social, capitalismo e agricultura familiar, ressalta o seu caráter reprodutivo no capitalismo. Na sua teoria, o autor aponta para a importância de se investigar dentro da agricultura familiar, como uma característica contemporânea – a pluriatividade. A partir de uma abordagem amparada num enfoque marxista, onde a proposta de análise das questões eram tratadas a partir da perspectiva do desenvolvimento do capitalismo. Nessa perspectiva, as mudanças ou

superações de determinadas formas sociais poderiam ser explicadas dentro dos moldes do sistema capitalista.

A discussão sobre a pluriatividade na agricultura familiar aponta para as mudanças que vem ocorrendo no campo, onde se pode observar que em algumas áreas como assentamentos, é possível identificar esse processo. Como exemplo têm-se dentro do objeto desta pesquisa, na comunidade de Santa Ana, alguns agricultores que exercem outras atividades além da própria atividade de agricultor, como a de professor. Dos entrevistados beneficiários do Pronaf, 02 (dois) são professores durante a semana, num intervalo de quatro horas-dia, o tempo restante do dia dedicam a atividade agrícola nos seus estabelecimentos.

As questões levantadas por Schinneider (2003) a cerca da pluriatividade e da atividade não agrícola nas unidades familiares rurais, tem abrangência econômica, social e cultural, que passam pela necessidade de compreensão de todas essas esferas dentro da agricultura familiar, o que aponta para o que foi levantado por Abramovay (1992) sobre a necessidade de se compreender a dinâmica não apenas pela racionalidade econômica, mas pelas questões sociais bem como culturais.

Abramovay (1992) ressalta a relevância da agricultura familiar na Europa, comparando também com o modelo agrícola americano, basicamente empresarial. Para ele, a agricultura familiar tem um grau de organização que consegue se inserir no mercado e contribuir para o aumento da produção agrícola, em destaque na Europa; e a partir da base familiar, e o Estado um papel importante na condução da estrutura agrária, com políticas de inovações técnicas. O autor, amparado numa abordagem sob a ótica da racionalidade econômica, discute o comportamento dessas famílias camponesas, bem como a relação entre o seu estabelecimento e seu desempenho econômico.

Amparado por clássicos como Chayanov (1974), ao trabalhar a racionalidade econômica, Abramovay (1992) aponta para o fato de que esse modelo racional não responde a todas as expectativas decorrentes da produção familiar. A racionalidade econômica tratada para a agricultura familiar apresenta limitações. Sem considerar outros fatores de ordem social e ambiental, não é possível tratar esse modelo como perfeito e nem eficaz.

Abramovay (1992) verifica os limites da racionalidade e a necessidade de se conhecer o ambiente cultural, social e econômico que caracterizam e direcionam o comportamento dessas famílias. O autor aponta para a necessidade da análise do ambiente social quando se trata do agricultor familiar, pois o camponês não se caracteriza simplesmente como um mero produtor de mercadorias, já que nesse ambiente há um forte vínculo pessoal e hierárquico em que consegue realizar a fusão das operações mercantis com esferas não estritamente econômicas da vida. É justamente esse ambiente social que diferencia e indica a sociedade camponesa como uma sociedade não exclusivamente de mercado.

Abramovay (1992), a partir de um modelo de equilíbrio camponês que se dá em torno da família, destaca como característica construtiva do campesinato, a fusão entre unidade de produção e a unidade de consumo. Nessa perspectiva ele discute que:

É portanto na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários a sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo de sua organização econômica interna (ABRAMOVAY, 1992, p. 103).

Por isso a lógica do campesinato não pode ser compreendida apenas pelo viés econômico, pois é preciso considerar também as relações sociais no ambiente dessas famílias e a flexibilidade entre consumo e venda. Para Abramovay (1992, p. 115), “[...] O importante não é simplesmente o autoconsumo que, no limite, existe em qualquer unidade de produção agrícola [...]. O fundamental é a flexibilidade entre consumo e venda, em função de circunstâncias ocasionais”.

Para se explicar essa racionalidade e compreender o modo de produção camponês como certa unidade entre relações sociais (famílias) e as forças produtivas, é preciso considerar as condições sociais e históricas em que esse agricultor está inserido. Assim:

[...] o comportamento apresenta particularidades que só podem ser compreendidas na idéia de que a racionalidade econômica do camponês é incompleta, que ele se norteia por um conjunto de vínculos sociais dados pela tradição, pela comunidade, que se traduzem em regras não redutíveis a elementos puramente econômicos (ABRAMOVAY, 1992, p. 251).

Esse paralelo entre racionalidade econômica e seus limites quanto à condução de regras do mercado remetem à questão dos limites das intervenções desse mercado na atuação do Estado enquanto regulador e promotor das políticas públicas. Por isso ressalte-se que essa

racionalidade puramente econômica, ou seja, uma relação diretamente mercantil pode ser indicador de ineficiência e promotora de desigualdades sociais.

Moreira (1999, p. 159) em sua discussão sobre relações sociais e agricultura familiar utilizou uma análise da integração social, fazendo considerações e relações entre campesinato e produção de valor. A sua concepção reconhece a agricultura familiar “[...] como sujeita aos desdobramentos da ordem competitiva dominante” (MOREIRA, 1999, p. 159). O autor discute sobre patrimônio produtivo, a partir da abordagem da propriedade da terra, utilizando esta como patrimônio produtivo e como equivalente de capital, tanto na esfera da produção de valor como na distribuição. Ele considera relevante “[...] os processos sociais de apropriação do patrimônio produtivo” (MOREIRA, 1999, 160), destacando entre outros, os assentamentos rurais como parte componente da atualidade brasileira. Neste caso, se destaca a importância do estado como regulador de políticas sociais e econômicas, na dinâmica de promoção do desenvolvimento rural.

Abramovay (1992, p. 252) já apontava para a necessidade da intervenção direta do Estado, quando em sua obra observa que:

[...] sob um ângulo sociológico geral, está no paradoxo de que o setor onde é mais importante a iniciativa individual, que mais se diferencia dos outros depende, mais que todos os outros, da intervenção direta de uma esfera pública em todos os aspectos de sua existência [...]. O reconhecimento do trabalho do agricultor, mais que isso sua moldagem e a determinação de suas modalidades de organização, dependem do Estado.

Esse aspecto remete à necessidade de verificar a importância das instituições agindo como um elemento norteador entre relações sociais, econômicas e ambientais.

É válido ressaltar, como destaca Abramovay (1992), a importância de se examinar a fundo a forma de organização na agricultura familiar, ou seja, a lógica de funcionamento da família camponesa. Compreender as relações entre essas famílias e sua comunidade, suas prioridades não apenas de consumo ou de comercialização, mas outros valores que movem esse setor que não se faz apenas com preocupações meramente mercantis. O que não implica afirmar que seu estilo de vida, ou lógica de reprodução familiar possam levar essa categoria ao desaparecimento, e esse conhecimento mais amplo permite se direcionar melhor as políticas voltadas para essa agricultura. O referido autor ressalta o papel da esfera pública na

determinação da renda do agricultor, nos países capitalistas avançados. No que se refere às políticas voltadas para o agricultor familiar brasileiro, há políticas sociais que também interferem na determinação da renda do agricultor, através de programas como Bolsa família e, no caso aqui estudado, o próprio Pronaf, que se propõe a garantir renda e melhoria de vida para esses agricultores.

Como diria Abramovay (1992, p. 253):

Esta é uma das razões pelas quais as políticas públicas para a agricultura capitalista contemporânea tendem a incorporar elementos que não são exclusivamente econômicos: o meio ambiente, a luta contra o abandono do campo, o estímulo à diversificação das atividades produtivas são preocupações incompatíveis com o mercado como instâncias socialmente organizadoras.

Ainda nesse contexto de racionalidade, Costa (1994) refere-se às controvérsias sobre a capacidade de permanência do campesinato no capitalismo, utilizando os fundamentos teóricos de Chayanov, para explicar essas controvérsias na seguinte base:

Para Chayanov, a família é o fundamento da empresa camponesa - na sua condição de economia sem assalariamento – uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho, a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é que o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo, unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução (COSTA, 1994, p 13)

Costa (1994), assim ressalta que toda dinâmica que vem ocorrendo no que se refere à questão agrária, com destaque à pequena produção ou agricultura camponesa, e à reordenação da base produtiva, a mudanças tecnológicas e às relações de integração da produção familiar no mercado, torna possível realizar uma análise dessa realidade a partir de referências que possam explicar as dificuldades e obstáculos que limitam os objetivos das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

Chayanov (1974) destaca em sua teoria, a lógica e a dinâmica da agricultura camponesa na Rússia, cuja pesquisa se aprofundou no início do século XX. A teoria parte do pressuposto de que a economia camponesa não era tipicamente capitalista, logo não se pode determinar os custos de produção com base na categoria salário, tal como analisa a partir de Archelli (1974, p. 8):

Esta escuela discute, la necesidad de construir una teoría que parta del supuesto de que la economía campesina no es típicamente capitalista, en tanto no se pueden determinar objetivamente los costos de producción por ausencia de la categoría salarios.

Para Chayanov (1974), a utilização do trabalho familiar pelo agricultor e do seu próprio trabalho gera um excedente que é aplicado e realizado no consumo familiar. Trata-se da inovação tecnológica voltada para o campesinato, mas com uma lógica diferenciada da lógica capitalista.

Essa teoria parte da análise das relações existentes no trabalho familiar e na unidade familiar, procurando verificar o que há por trás dessa forma organizacional. Por meio dela, Chayanov (1974) busca, portanto, uma combinação entre os fatores de produção da família e a intensidade de trabalho dela, bem como abordar a relação produção x consumo negando a teoria marginalista. Essa exploração campesina, por ser mercantil, se insere no sistema econômico através do crédito e da circulação de mercadorias.

Elementos como mão-de-obra que vem organizar todo o processo produtivo, o número de membros que compõem a família e a relação entre produção e consumo das famílias contribuem para entender a dinâmica agrícola familiar e o volume de atividade econômica da mesma. Para Archelli (1974, *apud* CHAYANOV, 1974, p. 61):

[...] no es el tamaño de la familia lo que determina el volumen de la actividad económica familiar (...) por el contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia.

Logo, não é possível se analisar o econômico sem considerar o entendimento do comportamento da família, ou seja, o tamanho da família e o volume de trabalho econômico.

A análise teórica de Chayanov sobre os sistemas econômicos não capitalistas, na busca por analisar o modelo de exploração camponesa na Rússia e seu processo de produção e reprodução, sua teoria constatou que seu funcionamento nem sempre considera as categorias capitalistas, renda, salário e lucro, na tentativa de observar que a teoria econômica não pode ser universal e única, mas compreender os diversos sistemas teóricos e seu processo evolutivo observando os fenômenos econômicos não exclusivamente em termos capitalistas.

Saindo de um cenário mais amplo e trazendo a discussão para um enfoque regional, alguns elementos acima citados como racionalidade camponesa e diferentes modelos agrícolas, é possível se compreender a lógica da agricultura familiar na Amazônia, em especial a partir de alguns elementos apresentados por Hurtienne (2005). O autor discute conceitos teóricos e metodológicos em que se baseiam as análises da pequena produção agrícola na Amazônia a partir dos anos 60. Estuda as diversas formas da agricultura familiar na Amazônia, considerando para essa análise os estabelecimentos com até 200 ha, incluindo o relacionamento com o padrão de uso dos recursos florestais.

Hurtienne (2005, p. 21), trabalha o conceito de agricultura familiar como “[...] um conceito operacional para qualquer unidade de produção em que a mão-de-obra familiar predomina em mais de 90% do pessoal ocupado”. A importância dessa categoria a partir da sua organização e força permitiu novos direcionamentos para as políticas conduzidas pelas instituições governamentais, especialmente no que se refere às políticas voltadas para o desenvolvimento rural.

Em relação aos sistemas de uso da terra, há diferenças as quais levam em consideração o número de estabelecimentos agropecuários, o pessoal ocupado, o valor da produção total e o valor da produção vegetal. Esses elementos possibilitam uma melhor compreensão da forma como a produção se organiza na região Norte. Conforme Hurtienne (2005) há diferença nas formas de produção, no sistema de uso das terras, entre os estados da região Norte e Maranhão, com exceção de Mato Grosso e Tocantins, que possuem perfil diferente. Sobre esse aspecto, Hurtienne (2005, p. 21) observa que:

[...] as formas de agricultura familiar analisadas representam os sistemas de uso da terra mais importantes do ponto de vista do número de estabelecimentos agropecuários, do pessoal ocupado, do valor da produção total e sobretudo do valor da produção vegetal na maioria dos estados do Norte, e também no Maranhão.

Hurtienne (2005, p. 28) trata em seu trabalho sobre a relação da agricultura familiar e o desmatamento alguns pontos comparativos com outras pesquisas, mostrando que não existe uma expansão da agricultura familiar e o desmatamento, por considerar que “[...] as diversas formas de uso da terra estão ligadas a graus diferentes de sustentabilidade ambiental”. Ele chegou a essa conclusão por considerar que os estabelecimentos agrícolas familiares, em sua maioria, podem ser vistos como sistemas de produção agrícola complexos, e que nessa

complexidade incluem a diversificação da produção quando se considera as culturas perenes, a extração vegetal de produtos florestais não madeireiros e árvores frutíferas.

Quanto à percepção sobre a agricultura familiar e o desmatamento e sua relação com o processo de desenvolvimento agrário, o autor informa que houve mudança, pois se justificava que a agricultura intensiva em capital e insumos externos seria capaz de conciliar desenvolvimento econômico com áreas degradadas (HURTIENNE, 2005). Tem-se, portanto, mais um elemento que provocou a necessidade da mobilização dos movimentos sociais rurais para a formulação de políticas públicas focalizadas para o pequeno produtor. Logo, Hurtienne (2005) aponta para a necessidade de se considerar as diferentes formas de uso da terra pela agricultura familiar, bem como critérios para se levar em conta os “condicionantes agroecológicas, socioeconômicas, socioculturais e a idade da colonização” (HURTIENNE, 2005. p. 30).

No que se refere à diversidade da agricultura familiar na Amazônia, fatores como os agroecológicos também devem ser considerados. Neste caso, o autor apresenta a importância da agricultura de pousio em cidades como Bragança, Paragominas e Capitão-Poço, como uma prática de sistema de uso da terra diferente do que se trata como agricultura itinerante; e atrelado a essa análise, destaca a participação da capoeira como elemento contribuinte para a manutenção dos fluxos de nutrientes e suas funções ecológicas básicas.

Nessa lógica, o termo agricultura de subsistência merece um cuidado em seu tratamento quando se fala em região Norte. Pois ainda, segundo o autor, considerando a densidade demográfica, a inserção e a relação do mercado no processo produtivo:

(...) não se pode falar mais somente de uma agricultura de subsistência miserável nas margens das fronteiras agrárias, ou, como alternativa, de uma agricultura comercial de médio porte com fortes insumos externos (HURTIENNE, 2005, p. 31).

Essa observação surge devido às diferentes formas produtivas que conseguiram ir além de formas agrícolas itinerantes, observadas na região Bragantina, Guajarina e Transamazônia.

Hurtienne (2005, p. 33) destaca em seu texto que “o desafio para qualquer análise da dinâmica da pequena produção familiar na Amazônia e da sua sustentabilidade reside na

dificuldade de considerar a grande diversidade das formas de produção familiar no campo”. Para essa abordagem, utiliza o conceito de agricultura camponesa e familiar como sinônimos, observando predominar nessas formas a força de trabalho familiar na produção e a indivisibilidade de decisões de produção e consumo. De posse desses dois conceitos, informa que essa distinção é usada para demonstrar como se constitui a agricultura do Norte em comparação a do Sul do país. Como declara Hurtienne (2005, p. 34-35):

Essa ambigüidade dos conceitos adotados reflete, num certo sentido, uma dificuldade real de compreender a estrutura e a dinâmica diferente de uma agricultura de pousio, que ainda essas técnicas tradicionais de corte e queima para a fertilização do solo e que se afasta, por isso, do tipo de agricultura permanente encontrada no sul e porém, de outra forma, no Nordeste do Brasil.

Nessa ótica, o texto destaca para a importância de se ter definido conceitos para que se possa discutir com mais profundidade sobre os sistemas de uso da terra na Amazônia.

Assim, ao optar pelo estudo da agricultura familiar neste trabalho, constata-se a necessidade de se valorizar essa forma de produção que tem passado à margem do processo de desenvolvimento, todavia, não podendo mais ser tratada como algo atrasado, portanto, desatrelado do uso de tecnologias. É certo que a revalorização da agricultura familiar vem ocorrendo desde os anos 80, sobretudo ao ser percebida como um importante elemento na economia moderna.

Essa necessidade de valorização é explicada por Hurtienne (2005), quando o autor faz um comparativo da pequena produção através dos ciclos de fronteira da agricultura itinerante e a estabilização da agricultura familiar por meio da complexificação. Para o autor, “a visão dominante do ciclo de fronteira considera esses sistemas de produção camponesa que funcionam somente com base em culturas anuais no sistema de derruba e queima como altamente insustentáveis tanto no nível econômico como no ecológico” (HURTIENNE, 2005, p. 36). E amparado por Costa (1994), demonstra que a pequena produção “[...] baseia-se cada vez mais na complexificação dos sistemas de produção (integração pelo menos econômica de culturas perenes, pequena criação e gado) e, por isso, na superação do *shifting cultivation* como forma predominante” (HURTIENNE, 2005. p. 37).

Os estudos de Hurtienne (2005) amparados em pesquisadores como Francisco Costa (1994) ressaltam que a agricultura familiar no Nordeste paraense se deu a partir da

complexificação dos sistemas de produção e não pela visão do ciclo de fronteiras. Pesquisas realizadas em Capitão Poço, Irituia e Uraim mostraram a evolução da produção nessas áreas em direção a culturas perenes e à pecuária bovina. Percebeu-se, portanto, a participação também de culturas temporárias nos cálculos da produção.

E para finalizar, com base nesses elementos teóricos, há que se pensar em estratégias voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, em especial no que se refere à agricultura familiar, pois é preciso levar em consideração as diferentes dinâmicas que ocorrem no meio rural, em especial na Amazônia, não tomando a dinâmica regional como uniforme ou homogênea.

2.2 A RELAÇÃO COM O CRÉDITO RURAL-PRONAF

A partir do entendimento da questão conceitual sobre agricultura familiar e seu processo organizacional, torna-se importante compreender e fazer uma relação dessa categoria no cenário institucional, por conseguinte mercadológico. Conforme Gazolla e Schneider (2007), em sua pesquisa sobre Pronaf crédito rural e agricultura familiar, por conta do caráter mercadológico, pode acontecer do objetivo da política de crédito não ser alcançado por completo, podendo acarretar na possibilidade de especialização da produção e comprometimento da diversificação da produção como se propõe o Pronaf:

(...) o agricultor participa da dinâmica do mercado e passa a ficar dependente desta, inclusive do ponto de vista alimentar. No caso do Pronaf, a mercantilização consiste no processo pelo qual a política pública financia as atividades produtivas que possuem um mercado assegurado em detrimento das atividades que são responsáveis pela geração do consumo de alimentos das famílias, caracterizando, assim, um privilégio da esfera comercial e mercantil das unidades familiares. (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007, p.4)

Para Gazzola e Schineider (2007), na sua pesquisa amparada na teoria da mercantilização, apoiados em Van der Ploeg (Apud Gazolla e Schineider, 2007), o modelo proposto de política pública para a agricultura familiar pode direcionar para modelos tecnológicos que não tem relação com a lógica de reprodução das famílias, o que pode promover políticas de financiamento para essa categoria, em que acabe direcionando para a especialização da produção, fragilizando o caráter da diversificação, conduzindo para uma lógica de mercado que pode estimular o agricultor a buscar financiamentos para atividades que estejam

estritamente relacionadas à expectativa do mercado, com a ilusão em alguns casos do potencial de retorno financeiro e a garantia da comercialização.

Esses elementos levantados podem ser confirmados quando se observa o volume de investimento do Pronaf-crédito rural voltado para a atividade da pecuária bovina, e baixíssimo ou quase zero de aplicação em atividades de custeio como mandioca, no caso para áreas de assentamento. É certo que em áreas de assentamento, o investimento na estrutura se dá com o Pronaf A, que permitirá ao agricultor se estruturar e se organizar para possibilitar melhor organização de sua produção, objetivando futuramente melhores resultados na sua produção.

A adaptação do agricultor familiar ao modelo de desenvolvimento vigente inclui entre outras coisas, a necessidade em se compreender a participação e o papel do crédito nas condições de vida do agricultor, na busca pela sua auto-sustentabilidade, logo, busca-se compreender as políticas públicas direcionadas com esse objetivo.

Nesse tocante, um outro elemento de discussão para explicar as políticas públicas de crédito, passa pela discussão das relações institucionais. É possível a compreensão da lógica institucional a partir de discussões sobre a participação do crédito no processo e como alguns estudiosos observam e discutem tal questão, de como o crédito se tornaria uma ferramenta necessária para explicar as transações financeiras, as suas relações com o mercado, bem como a influência das instituições no que se refere ao desenvolvimento rural, no que pese a agricultura familiar. Nesse processo elementos como a expectativa e o risco balizam a lógica do mercado a partir de uma racionalidade, cujos custos podem limitá-la, fatores como esses se encontram embutidos nesse processo transacional. A questão do crédito passa por essa lógica, pois faz relação entre agentes – credor e instituições, no caso aqui trabalhado, os bancos, onde há uma relação contratual, onde para esse processo se precisa de todas as informações necessárias para se completar o processo.

Neto (2004) destaca a questão dos custos no processo de contratação do crédito e a necessidade de as instituições financeiras terem a garantia de cumprimento dos contratos buscando fugir da inadimplência. O Pronaf crédito nos grupos A, A/C, B e linhas especiais (floresta, mulher e jovem) os riscos são assumidos pela União. As outras linhas C, D e E tem os riscos divididos em 50% para as instituições financeiras e 50% para a União, esses grupos com riscos divididos são os que possuem um controle ainda maior dos Bancos, onde em

alguns casos se cobra garantias dos contratados (agricultores familiares). Um dos maiores problemas encontrados pelos agricultores está na regularização fundiária, a maior parte destes não possui o título definitivo da propriedade, apesar de o Pronaf crédito não exigir o título do imóvel, além de outros como dificuldade em compreender o funcionamento das linhas de crédito, como destaca Neto (2004) a vinculação do crédito às empresas de insumo ou a comercialização da produção, também surgem como elementos que desagradam o agricultor tomador do crédito.

Em se tratando de Pronaf, ou outro crédito, toda a cadeia dessa transação precisa estar bem clara, se possível até transparente, envolvendo desde a fase do contato do agricultor com a assistência técnica, passando pela elaboração do projeto a ser financiado, a análise e aprovação do projeto pelo banco, até a liberação do crédito.

Além desses elementos, torna-se necessário o acompanhamento e fiscalização. A má informação ou ação que quebre essa lógica quer com omissão de informações ou alteração de documentos, pode acarretar no que se prevê no futuro, a chamada inadimplência. A capacidade de pagamento do crédito torna-se um fator importante, e a forma como a atividade escolhida a ser produzida caso não seja fiel a realidade do agricultor, poderá levá-lo a situação de devedor, considerando pois o projeto ter sua capacidade de pagamento atrelada a renda a ser adquirida pela atividade a ser financiada, não considerando as demais rendas do agricultor.

Essa situação pode ser confirmada por Guanzirolly (2006, p. 24) quando cita sobre alguns pontos críticos do Pronaf: “Um dos pontos críticos do programa diz respeito à capacidade de pagamento de crédito por parte dos beneficiados, que não parece ter sido assegurada convenientemente pelas autoridades, já que precisaram conceder continuas renegociações e resseguros dos empréstimos que ficaram em atraso ou estavam ficando inadimplentes”. Neste sentido, o referido autor reforça:

“É necessário, portanto, rever a institucionalidade e a forma de operação do PRONAF a fim de reforçar a disciplina financeira, induzir os mutuários a buscarem o máximo de eficiência na utilização dos recursos e melhorar o sistema de políticas complementares necessárias para promover a efetiva consolidação do agricultor familiar. Neste sentido é fundamental introduzir responsabilidades ao longo de toda a "cadeia" do PRONAF, fazendo com que os vários atores — SAF, Bancos, assistência técnica, Comissões Estaduais e agricultores — sejam de fato responsáveis pelos seus atos, e portanto compromissados com os resultados.” (GUANZIROLLY, 2006, p.24)

O cenário atual busca uma melhor relação, um melhor arranjo institucional, procurando estabelecer uma melhor integração entre os atores envolvidos nesse processo, numa cadeia que inicia no agricultor e se estende até a parte final do processo – as instituições financeiras, passando por esse meio as prestadoras de assistência técnica e extensão rural, as instituições das esferas federal, estadual e municipal.

3 O PRONAF COMO INSTRUMENTO COLABORADOR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

O presente capítulo vem abordar o crédito rural enquanto um instrumento colaborador no processo de desenvolvimento rural. Como ponto de discussão das políticas de crédito agrícolas, tratar-se-á neste capítulo, do PRONAF na modalidade crédito rural e sua importância como uma política pública direcionada para contribuição no desenvolvimento da agricultura familiar.

No Brasil, a expansão do capital para o campo ganhou força a partir do processo de industrialização, com a extensão desse setor produtivo para a agricultura. Essa expansão se fortaleceu a partir dos anos 30, época em que o país começava a se libertar da antiga estrutura agrário-exportadora, passando a apresentar mudanças econômicas na sociedade, com redução no crescimento da produção de bens primários destinados à exportação, e intensificando-se o processo de industrialização.

A dinâmica do crédito no Brasil, em especial no meio rural, bem como os problemas existentes no setor agrícola e as mudanças ocorridas nesse meio, foram alvo desse processo. A expansão do capital para o campo foi tida como um fator provocador da transformação de muitos pequenos agricultores, cuja existência baseava-se na agricultura familiar, em trabalhadores assalariados, em trabalhadores sem terra, cuja única propriedade existente passaria a ser a própria força de trabalho, tendo as relações entre capital e trabalho e a força de trabalho como criadora de valor (MARTINS, 1980).

A relação entre capital e trabalho viria explicar a contradição entre terra e capital, onde a terra seria vista como um bem natural, como uma fonte de recurso esgotável apropriada pelo capital, utilizada como recurso natural, precisando para isso de planejamento de uma renda para seu proprietário. Essa apropriação tornaria essa terra, então, uma fonte produtora de renda.

A transição da fase agrário-exportadora para a fase industrial ganhou repercussão com mais intensidade na região Centro-Sul do país, região essa que apresentava maior concentração nas transformações econômicas, sociais e políticas. Esse cenário permitiu uma maior expansão do capital para o campo, contribuindo para um quadro de transformações nas

relações de produção, ou seja, na forma de organização do trabalho e da produção, no nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais e na produtividade das pessoas ocupadas no campo.

Nos anos 50 e 60, fase em que o país crescia com o processo de produção de bens de consumo duráveis, com a instalação de indústrias automobilísticas e a eletro-eletrônica, aumentaria o nível de exigência de grandes investimentos em tecnologia, mão-de-obra especializada, o que fortalecia a concentração da propriedade, do capital e da renda. A partir da década de 60, surgiria uma nova etapa de produção: a de bens de capital e de insumos básicos, o que levou o setor agrícola à mecanização da produção, instalando-se no país fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Para garantir o mercado agrícola nesse processo, o Estado passa a implementar políticas agrícolas para essa nova realidade rural, como bem declara Silva (1996, p. 28):

A partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses novos meios de produção, esse mercado era garantido pelo Estado através de uma implementação de políticas agrícolas destinadas a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais.

Os anos 60 e 70 viriam contribuir, portanto, para o aumento da concentração fundiária, levando a estrutura agrária a se adaptar a essa nova etapa industrial, tendo sido essa estrutura agrária transformada num mercado consumidor e produtor de insumos. Os reflexos trazidos pela modernização da agricultura, principalmente no Centro-Sul, eram voltados em especial para as disparidades regionais, para o crescimento da sazonalidade do setor agrícola e a unificação do mercado de mão-de-obra não qualificada nas regiões de agricultura mais desenvolvida.

A expansão do capital para o campo, provocado por esse processo de industrialização, alterou a forma como se encontrava a estrutura fundiária. Passaram a ganhar poder e importância os grandes latifúndios, levando a expropriação dos pequenos produtores e daqueles que acessavam a terra precariamente, como posseiros, parceiros e pequenos arrendatários. Os pequenos produtores perdem a característica de produtores de subsistência, passando a produzir diretamente para o mercado, sendo convertidos, em alguns casos, em pequenos capitalistas, porém, sem muita importância.

A modernização do Centro-Sul provocou um fluxo migratório para a Região Norte, e os fatores atrativos que contribuíram para essa migração, em especial para a região Amazônica, se deram a partir de projetos de colonização, com a criação de órgãos que viriam conduzir as políticas de reforma agrária no país. Esses projetos de colonização eram direcionados nas décadas de 50 e 70 pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA), Instituto Brasileiro de reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As áreas de colonização promoveriam o assentamento de famílias de agricultores, objetivando também incorporar novas áreas ao processo produtivo, elevar a produção agrícola, propiciar bem-estar às famílias assentadas e a promoção e integração social e econômica do contingente de trabalhadores contemplados com o processo.

No tocante a questão agrária, Costa (1994) faz um destaque para a pequena produção ou agricultura camponesa, na reordenação da base produtiva, nas mudanças tecnológicas e nas relações de integração da produção familiar no mercado, analisando essa realidade a partir de referências que pudessem explicar as dificuldades e obstáculos que limitariam os objetivos das políticas de crédito no país.

Nesse sentido, o Crédito Rural passaria a ganhar força, e a partir da década de 60, deu-se a sua institucionalização no Brasil, precisamente em 5 de novembro de 1965, através da Lei nº 4.829, com os seguintes objetivos e finalidades³ :

a) objetivos:

- estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários;
- possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente considerados ou classificados como pequenos e médios;

³ Objetivos e finalidades retirados da Revista Política Agrícola, v. 13, n. 2, p. 10, 11, out./dez. 2004.

- incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo.

b) finalidades:

- custeio: quando atende às despesas do ciclo produtivo;
- investimento: quando é destinado a inversões em bens e serviços que gerem benefícios por mais um ciclo de produção;
- comercialização: quando atende às despesas de pós-produção.

Quanto a sua normatização, o Crédito Rural têm como dispositivos legais⁴:

- a) Lei nº 4.595, de 31.12.1965, que criou o Sistema Nacional de Crédito rural;
- b) Lei nº 4.829, de 05.11.1965, que institucionalizou o Crédito Rural;
- c) Decreto nº 58.380, de 10.05.1966, que aprovou a regulamentação da Lei nº 4.829;
- d) Decreto-Lei nº 167, de 14.02.1967, que dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências;
- e) Medidas provisórias e Portarias Interministeriais específicas;
- f) Resoluções circulares, Cartas-Circulares e Normas divulgadas pelo Banco Central do Brasil que compõem o Manual de Crédito Rural (MCR).

Ainda no contexto do Crédito Rural destaque-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que segundo Bittencourt (2003, p. 58):

⁴ Revista Política Agrícola, *idem*, p. 11.

O Sistema Nacional de Crédito rural (SNCR) foi a base das transformações na agricultura, onde o crédito era direcionado e vinculava sua liberação ao uso de “pacotes tecnológicos” composto por insumos químicos e industriais. A política de crédito rural não era neutra em relação à classificação social dos agricultores, e o crédito era direcionado e concentrado para alguns produtos, regiões e categorias de produtores. Este modelo de distribuição dos financiamentos contribuiu ainda mais para a distorção regional, ampliando as diferenças na distribuição de renda entre as regiões e entre os próprios agricultores, beneficiando normalmente os grandes proprietários.

Esse Sistema era composto por órgãos básicos, vinculados e articulados. Os órgãos básicos compreendem o Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste. Os órgãos vinculados são constituídos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito. E como órgãos articulados, têm-se os órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica. Nesse cenário, o Banco do Brasil, historicamente, é tido como o maior aplicador de recursos do SNCR, com aporte de mais de 50% dos recursos junto a esse Sistema, abrangendo desde o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) até outras linhas de crédito para outros agricultores, direcionadas para custeio e investimento agropecuário.

As políticas públicas voltadas para o setor agrícola no Brasil, principalmente a partir da década de 70 sempre favoreceram os médios e grandes agricultores, o que refletia num processo de desenvolvimento rural onde o pequeno se tornara marginalizado ou excluído, o que provocara a necessidade da intervenção estatal. A dinâmica capitalista no campo tende, assim, a dominar esse espaço com práticas agrícolas de maior intensidade e capacidade tecnológica, ocupando grandes extensões de terras, o que em alguns casos pode levar o trabalhador rural a vender sua força de trabalho para esse empreendimento agrícola capitalista, provocando, entre outras coisas, o enfraquecimento e a exclusão social do pequeno produtor, intensificando os conflitos agrários. De acordo com Cerqueira e Rocha (2002, p. 106):

A agricultura familiar estabeleceu estratégias de reprodução, que contraditoriamente ao papel destinado a esse tipo de produção na política agrícola, manteve sua importância no espaço rural brasileiro, isso reforça a importância da organização dessa categoria, acenando para a possibilidade de mudanças no cenário rural brasileiro.

Nessa perspectiva, Newman e Ferreira (2002) amparados em Schroder fazem uma abordagem sobre a experiência do crédito na agricultura brasileira, analisando como esse processo

prejudicou os produtores familiares na década 80 e início de 90, por conta da dinâmica da política de financiamento àquela época, o que decorreu de “(...) interesses do capital industrial e financeiro nas atividades agropecuárias, uma estrutura fundiária concentrada e a ineficiência das medidas oficiais que visavam direcionar os recursos do crédito” (NEWMAN e FERREIRA, 2002, p. 2) para os pequenos produtores.

Bruno e Dias (2004, p. 6), quando em seu relatório sobre programas especiais de financiamento voltado a parcelas pobres das populações rurais, ressaltam que:

(...) Estas iniciativas governamentais e privadas, respondiam, em parte, à constatação de que os sistemas financeiros convencionais não desempenhavam a contento o papel de financiadores de atividades e empreendimentos rurais, principalmente quando se tratava de investimentos de pequeno porte.

Diante de um cenário de reformulações econômicas e políticas, em especial no meio rural, foi necessário a inserção de novas políticas públicas para atender a parcela da população rural que não costumava ser assistida pelo sistema financeiro (BRUNO; DIAS, 2004, p.1).

Ainda de acordo com Bruno e Dias (2004, p. 1) esses “empreendimentos, dada a sua escala e as peculiaridades da atividade agropecuária, representavam, para os agentes financeiros, riscos e custos operacionais cujo retorno financeiro não era compensador”. Por isso, a inadequação da lógica da atividade financeira às demandas da agricultura de pequena escala.

O estudo de Bruno e Dias (2004) direcionado para o crédito destinado aos assentamentos rurais no Brasil já apontava para a forma como as políticas de financiamento para o meio rural foram conduzidas, favorecendo os grandes agricultores, os quais tinham condições de operar com os custos financeiros exigidos pelos bancos, com garantias reais para seus financiamentos, ao contrário dos pequenos produtores. Dessa maneira, para esses autores:

O crédito rural subsidiado para médios e grandes produtores, não por acaso, financiou ao longo dos anos 70 e parte dos 80, o processo de modernização da agricultura brasileira, cujos ganhos em termos de produtividade e desenvolvimento econômico de alguns setores não podem ser avaliados sem que se leve em consideração os danos sociais e ambientais produzidos ao longo do processo (BRUNO; DIAS. 2004, p. 3).

Todavia, a pressão dos movimentos sociais, organizados juntamente com representações dos agricultores como sindicatos rurais, através dos Gritos da Terra, provocou mudanças no cenário agrícola, em que pese, refletindo no sistema de crédito rural, fazendo surgir em 1989, uma nova política pública de crédito voltada também para assistir o pequeno agricultor, a implementação dos Fundos Constitucionais para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS, EM ESPECIAL DO FNO, COMO ALTERNATIVA DE CRÉDITO RURAL PARA ATENDER OS PRODUTORES FAMILIARES RURAIS

Os Fundos Constitucionais foram criados pela Constituição Federal, sendo regulamentados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cuja receita seria advinda de impostos como Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com a finalidade de serem aplicados em financiamentos aos setores produtivos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os Fundos foram denominados como Fundos Constitucionais do Norte (FNO), Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE) e Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO). Como destaca Tura (2000, p. 30) sobre os fundos, eles “(...) pretendem ser um instrumento alternativo de política econômica para os mini e pequenos produtores e empresários, privilegiando o uso da mão-de-obra e matéria-prima locais, a produção de alimentos básicos e o consumo interno”.

Ainda em Tura (2000, p. 31), essa pressão movida pelos movimentos sociais, movimentos sindicais, permitiu a:

(...) mobilização política para potencializar o caráter dos Fundos como um instrumento alternativo de política econômica para a produção familiar rural, conhecido como a luta pela democratização e desburocratização do acesso de pequenos produtores rurais ao FNO.

E considerando a forma como a política de desenvolvimento instituída no período de 1960 a 1980 foi dirigida para a Região Norte, com modelos pautados em bases praticadas no Centro-Sul do país, a qual não visualizava as diferenças locais, um modelo de desenvolvimento puramente econômico onde não se detinha nas diferenças e nas especificidades da região, o que acabava provocando impactos na vida e rotina dos atores locais, em especial os agricultores familiares. Por conseguinte, a forte migração para o norte provocaria problemas entre outros os de ordem fundiária.

Na Região Norte, a forma como o FNO seria gerido através do BASA, cujas normas de aplicação não eram diferentes do usual crédito rural (TURA, 2000), limitava o acesso dos produtores familiares rurais mais uma vez ao crédito. Diante desse fato, “(...) de início o FNO beneficiou apenas aqueles que já eram os clientes das políticas e programas governamentais: os médios e grandes proprietários de terra” (TURA, 2000, p. 35). Com a pressão por parte dos agricultores por melhores condições de crédito foi lançado inicialmente o FNO-Urgente, que posteriormente sofreria uma nova denominação e passaria a ser chamado de FNO-Especial (ALMEIDA, 2004).

Devido aos trâmites burocráticos estabelecidos pelo Crédito-FNO, onde as normas não assistiam a contento os produtores familiares rurais, a partir dos anos 90 novas mobilizações foram organizadas pelos movimentos sociais do campo para chamar a atenção dessa política que estava sendo mais um “gargalo” para essa categoria de produtores rurais. Com isso, os gritos do campo serviram para forçar e facilitar o acesso desses produtores ao crédito. Assim, o FNO voltado para a produção familiar rural assumiu linhas especiais como o FNO-Urgente, e posteriormente, o FNO-Especial, esse na forma como foi conduzido levou vários agricultores familiares à inadimplência, por conta de fatores como a própria forma como o crédito era conduzido, desde a contratação até a liberação, associado entre outras coisas à deficiência no acompanhamento da assistência técnica.

O FNO apesar de sua importância política e econômica para a região apresentava limitações, e considerando esse fundo ter sido desenhado a partir de modelos atrelados a especificidades das regiões Centro-Sul, suas normas e padrões diferenciavam das necessidades da Região Norte, não conseguindo atender esse segmento, na forma como havia sido originalmente constituído. Mais uma vez foi preciso se pensar em uma nova política pública de crédito, dirigida especificamente para a agricultura familiar, pois em se tratando da Região Norte, o FNO, seguindo a dinâmica do modelo de desenvolvimento regional da década de 60 e a concepção de financiamento de grandes projetos de agropecuária extensiva e de monoculturas acabou provocando, como saldo final, a exclusão dos agricultores familiares das políticas de crédito (TURA, 2000). Em 1990 surgiria o Programa Especial de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e, em 1996, o PRONAF.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA A REFORMA AGRÁRIA - PROCERA

Na tentativa de justificar os riscos para os bancos e para a União e relativizar as regras do mercado de crédito, seria necessário pensar em programas subsidiados, com taxas de juros reduzidas e prazos de carência para pagamento mais extensos. Bruno e Dias (2004, p. 2), na tentativa de explicar o porquê de subsidiar políticas de crédito para o agricultor familiar, já descreviam em seu relatório o seguinte:

A instituição de subsídios às taxas de juros e aos custos operacionais e a criação de condições especiais de pagamento, com prazos de carência mais longos, surgem como alternativas que vêm sendo utilizadas pelos programas oficiais, com o objetivo de custear a produção e, associado ao investimento público na melhoria da infra-estrutura dos assentamentos, gerar renda e condições de reprodução e inovação sócio-econômica para os agricultores assentados. É neste sentido que, no plano macroeconômico, as políticas de crédito se associam as estratégias e políticas públicas de desenvolvimento rural e de redução da pobreza no campo.

O PROCERA foi instituído em 1986 com o objetivo de disponibilizar recursos para os assentamentos rurais, recursos esses necessários para o fortalecimento da produção dos agricultores estabelecidos em assentamentos, visando a emancipação dos mesmos. Também oriundo das pressões dos agricultores e dos movimentos sociais, surgira com o propósito de garantir mais recursos para a agricultura familiar e para revisão das dívidas contraídas pelos agricultores; para a redução das taxas de juros e para criação de novas linhas de crédito (BRUNO; DIAS, 2004). Esse programa foi paralisado em 1990, retornando a sua operacionalização a partir de 1993. O cenário político no início dos anos 90 contribuiu para o aumento do volume de recursos para o programa, e tendo a participação dos fundos constitucionais como mais uma fonte de recursos que viria com por o PROCERA.

Como destacam Buainain e Filho (1999, p.2):

O PROCERA adotou a concepção e o modelo institucional dos programas especiais de crédito lançados nos anos 60. Tratava-se de romper com o racionamento de crédito e assegurar recursos a custos reduzidos e compatíveis com a realidade deste segmento.

Esse programa destinava-se a financiamento de projetos de investimento e custeio, indo de encontro aos interesses dos agricultores no que se refere a sua base produtiva.

Em relação à questão das mudanças nos sistemas de produção tradicionais em áreas de assentamento, Bruno e Dias (2004, p.8) destacavam que:

No Norte, o sistema de produção tradicional que os autores chamam de “roça pura” cedeu espaço nos assentamentos à instalação de monoculturas perenes, como o coco e a laranja, como resultado da disponibilidade de crédito. A criação de gado também se tornou uma possibilidade para alguns agricultores desta região.

Em se tratando de criação de gado, essa atividade se expandiu pelos assentamentos rurais, tornando-se uma das principais atividades financiadas pelo programa. Esse programa viria, portanto, contribuir para estruturação e desenvolvimento dos projetos de assentamento, refletindo diretamente no patrimônio e na renda bruta dos agricultores assentados.

A partir de 1999, as ações do PROCERA foram integradas às do PRONAF. Atualmente esse programa não vem sendo mais implementado, e mantém-se com as mobilizações organizadas pelos movimentos sociais e representações dos trabalhadores rurais através dos Gritos da Terra, com apresentação de propostas ao governo federal, em especial aos bancos destinadas à regularização dos financiamentos constantes nos volumes de créditos inadimplentes, seja através de renegociação ou perdão das dívidas contraídas tanto pelo PROCERA como, também, pelo FNO-Especial, bem como PRONAF; solicitações essas que conseguem ser acatadas talvez não em sua maior parte, com acompanhamentos e tentativas de regularização por parte das instituições financeiras como pelos movimentos sociais.

3.3 A ORIGEM DO PRONAF E SUA APLICAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ

O PRONAF como programa direcionado especificamente para a agricultura familiar surge num contexto de transformações institucionais no Brasil, em uma década de fortes pressões por mudanças na política rural. A pressão social organizada pelos movimentos sociais do campo e pelos trabalhadores rurais levou o governo a reformular as políticas voltadas para a reforma agrária. Logo, para o desenvolvimento do meio rural foi preciso pensar um novo desenho institucional para as políticas de crédito rural, e conforme relatam Bruno e Dias (2004), novas orientações seriam necessárias para conduzir essas políticas direcionadas para as pequenas unidades de produção. Tais políticas e propostas tinham por trás a influência do Banco Mundial, como se pode observar abaixo:

O Banco, naquela época, recomendava uma ampla revisão das políticas públicas de desenvolvimento rural, aconselhando, de modo inédito, que o Estado priorizasse a agricultura familiar, criando mecanismos que promovessem sua integração aos mercados. O mercado passava a ser visto tanto como um meio para obtenção do acesso à terra, por intermédio de programas como o Banco da Terra, como um objetivo a ser alcançado na viabilização econômica dos agricultores familiares (BRUNO; DIAS, 2004, p. 20).

Ainda em Bruno e Dias (2004, p. 21), esse programa viria atender a agricultura familiar no que se refere à produção, ao acesso ao mercado e à capacitação, pois:

O programa surgiu como uma novidade institucional relacionada a redefinições do papel a ser desempenhado pela pequena produção agrícola de perfil familiar nos processos de sua integração aos mercados e de promoção do desenvolvimento econômico. Naquele ambiente, a questão agrária voltava à cena pública, colocando em discussão tanto o problema do acesso à terra quanto a necessidade de criação de mecanismos e políticas públicas que apoiassem o problema da produção em pequena escala, sistematicamente escamoteado durante o processo de modernização da agricultura.

Estudo realizado pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, denominado *Novo retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto* (GUANZIROLI; CARDIM, 2000) retrata a situação do pequeno produtor rural no Brasil. A partir dele é possível observar a caracterização da agricultura familiar, e compreender a garantia de sua reprodução social e de sua relação de produção. No que se refere a sua metodologia, o universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam a duas condições: (1) a direção dos trabalhos do estabelecimento ser exercida pelo produtor e (2) o trabalho familiar ser superior ao trabalho assalariado.

O referido Projeto trás indicadores que apontam para a importância e a participação dos estabelecimentos familiares rurais na produção nacional, cujos números indicados no relatório expressam a participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção Total do país. A sua participação sobre os estabelecimentos totais é de 85,2% contra 11,4% dos patronais. Os agricultores familiares ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, entretanto, recebem do total de recursos liberados para a agricultura, apenas 25,3% (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p. 16). Quanto ao emprego de mão-de-obra, a agricultura familiar é tida como a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro, sendo responsável por 76,9% do pessoal ocupado conforme estudo citado acima.

O PRONAF, enquanto um programa de política pública voltado para o desenvolvimento rural, visa atender ao segmento da agricultura familiar. Em se tratando de política pública, destaque-se a importância e a relevância da participação e o papel do Estado nessa dinâmica de promoção de desenvolvimento como agente regulador dessas políticas. A análise sobre o Estado nas décadas de 50 a 80 revelou uma fase onde essa instituição se apresentava como obstáculo para o desenvolvimento, onde era usado para promoção de mudança estrutural, porém, abrindo espaço para o avanço industrial mundial.

Tendo sido criado em 1995 e implementado em 1996, através do Decreto 1946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996), o PRONAF tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável do meio rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Ele se destina ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas, mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Os seus beneficiários são os produtores rurais que se enquadram nos grupos nele definidos, que apresentem caracteres que atendam às exigências específicas para o seu financiamento, como por exemplo, agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo então PROCERA; ou agricultores amparados pelo Fundo de Terras (Banco da Terra) e da Reforma Agrária.

No que se refere ao seu gerenciamento, o PRONAF até 1999 tinha como instituição coordenadora o Ministério da Agricultura, a partir de então, passou a ser controlado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cabendo à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA) planejar, coordenar e supervisionar o PRONAF em âmbito nacional⁵.

Quanto às diretrizes do programa, Carneiro (1997, p.71) destaca a influência sofrida pelo PRONAF, em que:

(...) as diretrizes do PRONAF têm como referência experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural.

⁵ Conforme disciplina a Lei nº 3.991, de 30 de outubro de 2001.

Apesar de toda a dinâmica sobre o PRONAF no que se refere ao crédito rural, e considerando a sua importância como um instrumento promotor de desenvolvimento rural há, ainda, fatores que dificultam o seu acesso.

Bittencourt (2003, p. 173, 174), em seu trabalho sobre o financiamento da agricultura familiar no Brasil, conseguiu relacionar fatores que apontam para essas dificuldades de acesso ao crédito e à ampliação dos serviços financeiros no meio rural. Alguns desses fatores estariam relacionados a questões como:

- falta de recursos orçamentários;
- dispersão dos agricultores no território nacional e nos próprios municípios;
- grande número de pequenos municípios;
- assistência técnica insuficiente para os produtores familiares, principalmente os mais pobres e que demandam maior acompanhamento técnico para se desenvolver;
- constantes renegociações de dívidas rurais nos últimos anos;
- falta de alternativas de crédito no meio rural destinados a financiar atividades não agrícolas, inclusive com juros não subsidiados;
- falta de cultura do crédito entre a população brasileira;
- a população mais pobre (rural ou urbana) normalmente não possui garantias reais;
- pequenos números de Instituições de Microfinanças Rurais (IMR) e monopólio dos bancos públicos federais no repasse de algumas fontes de recursos de crédito.

Considerando o acesso ao crédito um fator importante para a agricultura, Bittencourt (2003, p. 176) também destaca que:

O PRONAF significou um grande avanço na política agrícola brasileira ao desenvolver ações específicas para um segmento historicamente excluído das políticas públicas. Entretanto a sua avaliação não pode ficar restrita ao seu próprio funcionamento, sendo necessário também sobre o conjunto da política de crédito no Brasil.

Costa (2001, p. 74, 75) em seu artigo *Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte: contexto e impactos*, vem contextualizar espacialmente as aplicações desse Programa na Região Norte, avaliando a sua prática no que se refere à abrangência social e econômica onde se propõe a:

(...) apresentar a distribuição espacial da modalidade Crédito Rural do PRONAF até o âmbito das microrregiões dos diferentes estados da Região Norte; (...) e o de observar as diferenças que se verificam entre os Estados e, no interior deles, entre as microrregiões, quanto ao significado dessas aplicações no que se refere à abrangência social e econômica, à participação do reordenamento da base produtiva e na readequação das políticas públicas em relação à produção familiar rural da Região.

No entendimento de Costa (2001, p. 81) sobre a análise do Crédito Rural antes do PRONAF e após sua institucionalização na Região Norte, com base em dados do Censo 1995-96, indica que o volume de crédito destinado à Região antes do Programa foi na ordem de R\$129.453.669,00, dos quais 40% eram alocados na produção camponesa e os 60% restantes aplicados pelas forças patronais de produção. E entre 1996 e 1999, os recursos do PRONAF alocados na Região foram de R\$216.439.825,00, dos quais 78% para financiamentos produtivos, 6% para assistência técnica e 16% para projetos de infra-estrutura.

Diante desses dados, Costa (2001, p. 96) conclui que:

A abrangência do Programa, seja social, seja econômica, é modesta (11%), considerando o universo da produção familiar rural na Região. É baixo o impacto do programa na alteração da base produtiva e maior, mas não extraordinário, nas variáveis de giro da produção rural.

Diante desse cenário, em relação aos beneficiários do PRONAF-Crédito Rural tem-se os produtores rurais, inclusive remanescentes de quilombos, extrativistas, aquicultores e indígenas, desde que atendam os quesitos listados abaixo⁶:

- Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);
- sejam proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou concessionários da Reforma Agrária;
- residam na propriedade ou em local próximo;
- detenham, sob qualquer forma, no máximo 4 (quatro) módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor, ou no máximo 6 (seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar;
- o trabalho familiar deve ser a base da exploração do estabelecimento.

No que se refere às características institucionais, o programa apresenta-se em três modalidades distintas: (1) infra-estrutura e serviços nos municípios; (2) capacitação e

⁶ Tal como expresso no Plano Safra 2004/2005, pág.6.

profissionalização de agricultores familiares e técnicos e (3) o crédito rural. As atividades que costumam ser financiadas são para custeio e investimento. Suas fontes de recursos são oriundas dos Fundos Constitucionais (FCO, FNO, FNE), FAT-Fundo de amparo ao Trabalhador, recursos de Operações Oficiais de Crédito do OGU e os recursos obrigatórios.

A partir do Projeto de Cooperação Técnica realizado pela FAO/INCRA (GUANZIROLI, 2000), já citado anteriormente, foram estabelecidas linhas para caracterizar as diferentes estruturas de agricultores familiares a partir do seu nível de renda. Essas linhas eram definidas por grupos A, B, C e D. Atualmente os grupos encontram-se definidos como A, A/C, B, C, D, E. Considerando ser esse programa aberto a modificações, além desses grupos, têm-se as linhas inovadoras: Mulher, Jovem, Floresta, Agroindústria, Cota-Parte, Convivência com o Semi-Árido, Agroecologia e ECO. Para cada grupo do Programa são estabelecidas normas que atingem desde o nível de renda anual do agricultor até a taxa de juros a se pagar por cada grupo ou linha financiado. Os grupos A, A/C, B e Floresta apresentam um risco zero para as instituições bancárias, sendo assumido totalmente pelo governo federal. Os grupos C, D e E apresentam risco de 50%, tanto para as instituições financeiras como para o governo federal.

Como o estudo em questão tem como objeto um projeto de assentamento, destaque-se aqui as linhas inicialmente assistidas pelo Programa, que passa primeiramente por PRONAF A e A/C. O PRONAF Grupo A define como beneficiários os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária, inclusive em reservas extrativistas ou em assentamentos estaduais ou municipais reconhecidos pelo Incra, ou que foram beneficiados pelo Programa de Crédito Fundiário do MDA, que ainda não receberam crédito de investimento no PROCERA, ou que não foram contemplados com o limite de crédito de investimento desse programa e do PRONAF A, independentemente de comprovação de renda. Um possível segundo crédito é limitado ao valor da diferença entre o valor já financiado e o limite máximo à época da primeira operação.

Para uma melhor visualização, apresenta-se um demonstrativo dos grupos e linhas especiais aplicados na Região Norte, indicando-se beneficiários, finalidades, valores e encargos, com base no Plano Safra 2007/2008, conforme Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Demonstrativo dos grupos e das linhas especiais do PRONAF na Região Norte

PRONAF	Beneficiários	Finalidades	Limites de Crédito (Mutuário/safra)	Encargos (a.a.)
A	Assentados PNRA Indicados pelo INCRA ou UTE/UTR e reassentados em função da construção de barragens	<u>Investimento</u> Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento.	R\$ 16.500,00 OU R\$ 18.000,00 – ATER (02 operações)	0,5%
A “Recuperação de Assentamentos”	Assentados PNRA Indicados pelo INCRA ou UTE/UTR		R\$ 6.000,00 (uma operação)	1%
B “Microcrédito Produtivo Rural”	RBAF – Até R\$ 4.000,00 (30% proveniente da exploração da propriedade) Rebate: 50% ¹ , 70% ² ou 90% ³	<u>Investimento</u> Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento. <u>Custeio</u> : mamona em regime de parceria ou integração com agroindústria de biodiesel	com direito a bônus, até R\$ 4.000,00 sendo de até R\$ 1.500,00 por operação	0,5%
A/C	Egressos do A ou com 1ª contratação no “A”, s/ custeio nos grupos C, D ou E Rebate: 30%	<u>Custeio</u>	R\$ 500,00 a R\$ 3.500,00 (+) sobreteto: 30% ⁶ (03 operações) Adicional: 20% ⁷	1,5%
C	RBAF – R\$ 4.000,00 A 18.000,00 (60% proveniente da exploração da propriedade) Rebate: 50% ¹ , 70% ² ou 90% ³	<u>Investimento</u> Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento. <u>Custeio isolado</u>	INV: R\$ 1.500,00 a R\$ 6.000,00 (+) sobreteto 50% ⁵ CUS: R\$ 500,00 a R\$ 5.000,00 (+) sobreteto 50% ⁴ ou 30% ⁶ Adicional: 20% ⁷ Beneficiamento/ industrialização até R\$ 5.000/ano	INV: 2% CUS: 3% Beneficiamento e industrialização 8,75%
D	RBAF – R\$ 18.000,00 A 50.000,00 (70% proveniente da exploração da propriedade) Rebate: 50% ¹ , 70% ² ou 90% ³	<u>Investimento</u> Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento. <u>Custeio isolado</u>	INV: R\$18.000,00 (+) sobreteto 50% ⁵ CUS: R\$ 10.000,00 Sobreteto: 50% ⁴ ou 30% ⁶ Adicional: 20% ⁷ Beneficiamento e industrialização até R\$ 5.000/ano	INV: 2% CUS: 3% Beneficiamento e industrialização 8,75%

PRONAF	Beneficiários	Finalidades	Limites de Crédito (Mutuário/safra)	Encargos (a.a.)
E	RBAF – R\$ 50.000,00 A 110.000,00 (80% proveniente da exploração da propriedade) Rebate: 50% ¹ , 70% ² ou 90% ³	<u>Investimento</u> Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento. <u>Custeio isolado</u>	INV: R\$36.000,00 Sobreteto 50% ⁵ CUS:R\$ 28.000,00/ Adicional: 20% ⁷ Beneficiamento e industrialização até R\$ 5.000/ano	5% Beneficiamento e industrialização 8,75%
Agroindústria	1. Pessoa Física enquadradas nos grupos A/C,B,C,D ou E 2. Cooperativas singulares, associações ou outras PJ ⁸ constituídas por agricultores familiares dos grupos B,C,D,E 3. Cooperativas singulares destinadas ao processamento e industrialização de leite e derivados ⁹	<u>Investimentos</u> (implantação de Agroindústrias) Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento.	Individual: R\$ 18.000,00 Coletivo ou grupal: Projeto	1- A/C,B,C, D, PJ (constituída por + de 50% de agricultores familiares dos grupos A/C,B, C ou D) : 2% 2- E e PJ (constituída até 50% de agricultores familiares dos grupos A/C, B, C e D): 5,5% 3- Cooperativas singulares destinadas a leite e derivados: 2% ou 5,5%
Floresta	A, A/C,B, C, D	<u>Investimento</u> (SAF's, extrativismo sustentável, plano de manejo, manejo florestal, recomposição e manutenção de APP, RL e RAD) Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento.	A,A/C: até R\$5.000,00 C: até R\$ 5.000,00 B: até R\$ 1.500,00 D: até R\$ 7.000,00 Sistema Agroflorestal: B: R\$ 2.000,00 C: R\$ 8.000,00 D: R\$ 12.000,00	2%
Pesca e Aquicultura	Pescadores Artesanais B, C, D e E	<u>Investimento</u> Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento. <u>Custeio isolado</u>	<u>Investimento</u> B:R\$ 4.000,00 C: R\$ 6.000,00 D: R\$ 18.000,00 E:R\$ 36.000,00 <u>Custeio</u> C: R\$ 5.000,00 D: R\$ 10.000,00 E:R\$ 28.000,00	<u>Investimento</u> B: 0,5% C: 2% D: 2% E: 5,5% <u>Custeio</u> C: 3% D: 3% E: 5%

PRONAF	Beneficiários	Finalidades	Limites de Crédito (Mutuário/safra)	Encargos (a.a.)
Jovem	A, A/C, B,C, D, E – Jovens de 16 a 29 anos.	<u>Investimento</u> : interesse do jovem Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento.	R\$ 6.000,00 por beneficiário	1%
Mulher	A, A/C,B,C,D, E Independente do Estado Civil	<u>Investimento</u> : Pode ter Custeio Associado – até 35% do valor do orçamento.	A, A/C, B: até R\$ 1.500,00 C: até R\$ 1.500,00 a 6.000,00 D:até R\$ 18.000,00 E: até R\$ 36.000,00	A, A/C, B: 0,5% C e D: 2% E: 5,5%
Agroecologia	C, D e E	<u>Investimento</u> : sistema de agroecológicos e orgânicos de produção	C:R\$ 6.000,00 D:R\$ 18.000,00 E: R\$ 36.000,00	C e D: 2% E: 5,5%
Custeio de Agroindústria	Cooperativas sinulares/ associações e outras formas associativas com 90% de seus integrantes ativos Agricultores familiares, PF pertencente aos grupos do PRONAF.	<u>Custeio</u>	PF Individual ou grupal: R\$ 5.000,00 PF Coletivo ou PJ: R\$ até 2.000.000,00	4%
Cotas-parte	Agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, no mínimo: 90% de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares	Capital de giro, custeio e investimento.	R\$ 5.000,00 por beneficiário	4%
PRONAF Eco	C, D e E	<u>Investimento</u> : tecnologia de energia renovável e a substituição de tecnologia de combustível fóssil; tecnologias ambientais; armazenamento hídrico; pequenos aproveitamentos energéticos e silvicultura	C: R\$ 6.000,00 D: R\$ 18.000,00 E: R\$ 36.000,00	C e D: 2% E: 5,5%

Fonte: SAF/MDA.

RBAF- Renda bruta anual familiar.

PNRA- Programa Nacional de Reforma Agrária.

UTE- Unidade Técnica Estadual.

UTR- Unidade Técnica Regional.

3.3.1 A aplicação do PRONAF no Pará no período de 2000 a 2006

A Região Norte é considerada a região que menos recebe recursos financeiros no caso aqui tratado, em PRONAF. Do montante de recursos investidos no país, pelo MDA para PRONAF, para a Região Norte foi destinado o montante na ordem de R\$ 2.367 bilhões, numa série temporal de 1998 a 2005, conforme gráfico abaixo.

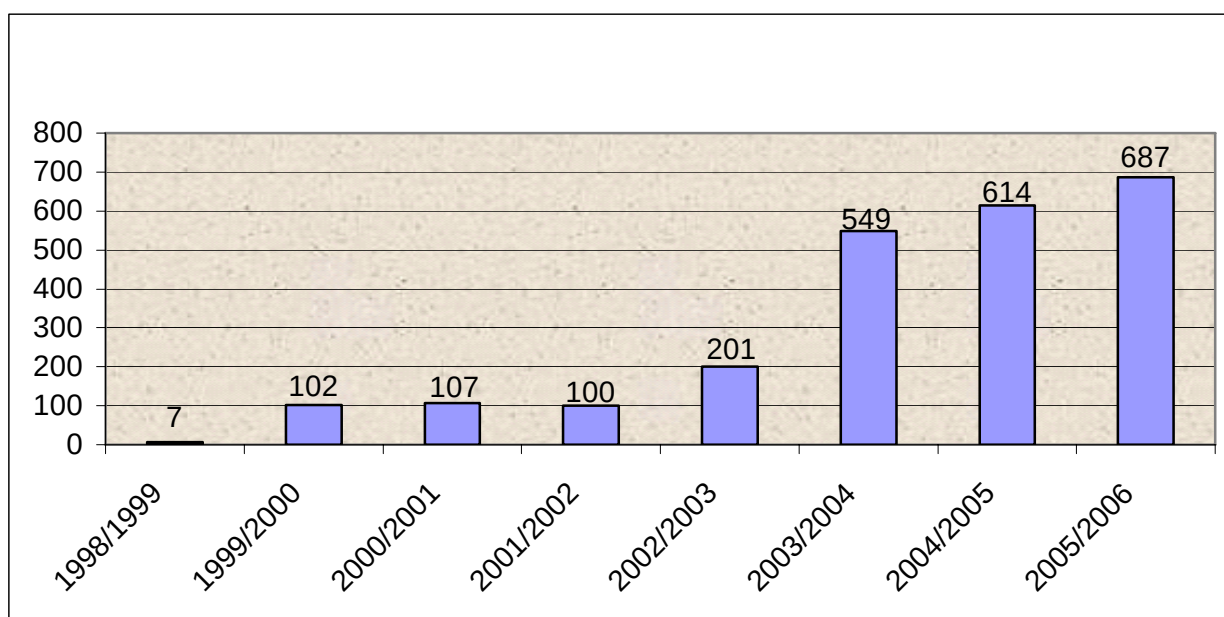


Gráfico 1 – PRONAF - Região Norte (total investido em R\$ milhões).

Fonte: Balanço MDA 2003/2006⁷.

Do volume aplicado, a região só perde para o Centro-Oeste, Nordeste e Sul, pois na série temporal acima citada, foram essas as regiões que mais receberam recursos do MDA (em bilhões de reais). Assim, tem-se no Norte R\$ 2.367, enquanto que no Nordeste R\$ 5.873, no Centro-Oeste R\$ 1.959, no Sudeste R\$ 4.808 e no Sul R\$ 12.493. Importa ressaltar que o volume de recursos investido na Região Sul nesse período de oito anos foi equivalente a meta Plano Safra 2007/2008, que é da ordem de R\$ 12 bilhões.

Em se tratando de Pará, na série temporal pesquisada, que abrange o período de 2000 a 2006, com base nos dados apresentados na Tabela 2, é possível observar a evolução da aplicação dos recursos referentes ao PRONAF-crédito rural pelo Banco da Amazônia no

⁷ Dados do MDA publicado em: Desenvolvimento Agrário como estratégia: balanço MDA, 2003-2006/Ministério do Desenvolvimento Agrário – Porto Alegre: Nead, 2006. 191 p.

estado do Pará, através de recursos do FNO⁸. Entenda-se que, neste caso, os números são referentes a custeio e a investimento.

Tabela 2 - Operações contratadas PRONAF no PA - Fonte FNO no Pará ano civil – 2000 – 2006

Ano civil	Nº contratos	Valor (R\$)
2000	8.617	68.827.390,00
2001	3.988	36.644.365,00
2002	4.066	38.633.260,00
2003	8.739	112.205.850,00
2004	13.484	131.782.720,00
2005	5.465	72.390.416,00
2006	13.468	150.145.552,00
TOTAL	57.827	610.629.553,00

Fonte: GERAC-COAFO (Sistema Controper) Banco da Amazônia.

O volume de recursos aplicados no Estado do Pará nesse período foi da ordem de R\$ 610.629.553,00, sendo que os anos de 2003, 2004 e 2006 foram os anos com mais contratações e com maior volume de aplicação do recurso, sendo 2006 o ano com o maior volume de aplicação e contratação, seguido de 2004.

No que se refere à aplicação por programa e linhas especiais, também os anos de 2003, 2004 e 2006 apresentaram o maior volume de aplicação com destaque para os grupos A, C, D e E, com maior volume de recursos aplicados, conforme apresentado na Tabela 3.

⁸ Os dados apresentados neste estudo são referentes ao ano civil – janeiro a dezembro e não ao ano agrícola (que vai de julho de um determinado ano a junho do ano seguinte), aplicados pelo Banco da Amazônia. Não foram fornecidos dados referentes às fontes do OGU e FAT.

Tabela 3 - Operações Contratadas/FNO - 2000 a 2006 por grupo e linhas especiais em R\$

Grupo/linhas especiais	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Procera	179.142,00	-	-	-	-	-	-	179.142,00
PRONAF Agregar	-	-	-	12.824.028,00	-	-	-	12.824.028,00
PRONAF A	26.140.424,00	7.664.699,00	23.618.988,00	60.563.309,00	44.026.372,00	23.630.705,00	49.269.983,00	234.914.480,00
PRONAF A/C	-	-	-	96.150,00	1.170.565,00	-	500096	1.766.811,00
PRONAF B	-	-	-	-	1.603.753,00	4.000,00	3482082	5.089.835,00
PRONAF C	2.893.125,00	747.535,00	1.926.330,00	989.376,00	13.056.894,00	8.130.337,00	13.205.927,00	40.949.524,00
PRONAF D	39.614.699,00	28.232.131,00	13.087.942,00	37.732.987,00	70.700.257,00	31.363.152,00	69.415.466,00	290.146.634,00
PRONAF E	-	-	-	-	1.035.575,00	864.714,00	13.758.639,00	15.658.928,00
PRONAF Mulher	-	-	-	-	-	-	380.729,00	380.729,00
PRONAF Floresta	-	-	-	-	-	266.202,00	-	266.202,00
PRONAF Agroindústria	-	-	-	-	189.304,00	8.131.306,00	132.630,00	8.453.240,00
TOTAL	68.827.390,00	36.644.365,00	38.633.260,00	112.205.850,00	131.782.720,00	72.390.416,00	150.145.552,00	610.629.553,00

Fonte: GERAC-COAFO (Sistema CONTROPER)-Banco da Amazônia.

Em se tratando de número de contratos aplicados no período em questão, que aparecem sistematizados na Tabela 4, os grupos A e D foram os com maior número de contratos financiados, seguidos do C e B, lembrando que estão inseridos nessas contratações apresentadas, custeio e investimento. As linhas inovadoras (floresta, agroindústria e mulher) foram as menos contratadas, fator esse considerado um gargalo para os bancos e prestadoras de assistência técnica, que não conseguem avançar no financiamento de projetos dessas linhas no Pará. O perfil do Programa no estado, com destaque para o Grupo A se destaca por conta do número de assentamentos existentes no estado, o que indica ser esse um grupo de maior demanda de PRONAF. O Grupo D acompanha por entre outros motivos, de ser também aplicado nos projetos de assentamentos, inclusive se o agricultor ter feito um PRONAF A, estando ou não adimplente no pagamento das parcelas do Programa. A tabela 4 demonstra portanto, o perfil do agricultor que se beneficia do PRONAF no estado, são agricultores assentados, com um padrão de melhora o que o conduz ao Grupo C e D.

Tabela 4 - Operações Contratadas/FNO - 2000 a 2006 por grupo e linhas especiais

Grupo/linhas especiais	Número de contratos							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Procera	1	-	-	-	-	-	-	1
PRONAF Agregar	-	-	-	1	-	-	-	1
PRONAF A	3.489	888	2.084	5.037	3.130	1.539	3.009	19.176
PRONAF A/C	-	-	-	47	382	-	168	597
PRONAF B	-	-	-	-	1.605	4	2.983	4.592
PRONAF C	782	196	532	267	2.999	2.042	3.082	9.900
PRONAF D	4.345	2.904	1.450	3.387	5.311	1.897	3.797	23.091
PRONAF E	-	-	-	-	56	25	401	482
PRONAF Mulher	-	-	-	-	-	-	27	27
PRONAF Floresta	-	-	-	-	-	39	-	39
PRONAF Agroindustria	-	-	-	-	1	2	1	4
TOTAL	8.617	3.988	4.066	8.739	13.484	5.548	13.468	57.910

Fonte: GERAC-COAFO (Sistema Controper) Banco da Amazônia.

O PRONAF não é um programa fechado, muito menos perfeito, que precisa ser muito bem conversado e dialogado com as instituições e organizações parceiras nesse processo, mas

não se pode desconsiderar a sua relevância para a agricultura familiar. Segundo Guanziroli (2006, p. 2) em sua pesquisa sobre 10 anos de execução desse Programa:

(...) não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infra-estrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra.

Ratifica-se, portanto, a necessidade de melhorar e de se investir junto a esses agricultores, que de fato constitui-se como elemento que favorece e colabora com a economia interna, no abastecimento de alimentos e que ainda são vistos e tidos à margem econômica, política e social no país, e que resistem a essas dificuldades e obstáculos da lógica de mercado.

Abramovay e Veiga (1999), ao analisarem a proposta do PRONAF, percebem o programa como um importante instrumento de política pública direcionada para o setor agrícola. Esses autores destacam essa política de crédito, como fator positivo para a criação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento rural. Em pesquisa pelo IPEA sobre o PRONAF M e C, eles verificaram que se não for “(...) cuidadosamente planejada e gerida, a inserção do PRONAF na política agrícola poderá gerar mais atritos institucionais e conflitos do que o efetivo fortalecimento da agricultura familiar” (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p. 24).

Por conseguinte, faz-se necessário fortalecer e melhorar a relação entre as instituições gestoras do programa e os beneficiários do mesmo, pois a integração entre todos os atores envolvidos nesse processo permitirá construir e fortalecer uma rede entre esses atores, possibilitando uma melhor condução dessa política pública, o que poderá promover um maior avanço nesse processo, cujos interesses precisam estar voltados e focados para o maior beneficiário do PRONAF: o agricultor familiar.

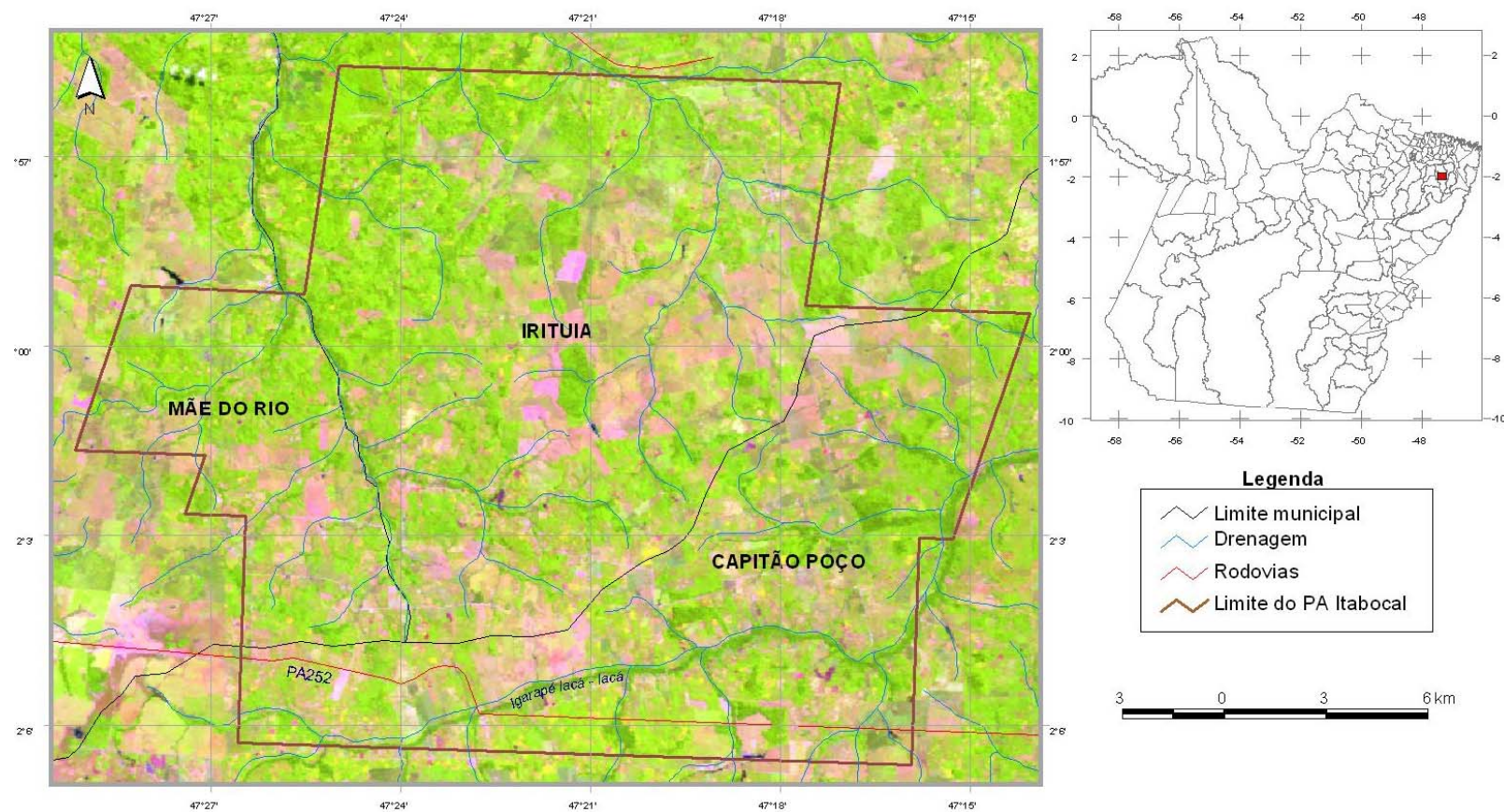
4 ESTUDO DE CASO: O PRONAF EM SANTA ANA DO PIRIPINDEUA – ASSENTAMENTO DE ITABOCAL - PARÁ

Este capítulo trata da questão do Pronaf na comunidade de Santa Ana do Piripindeua, no PA Itabocal, tratada pelos moradores e pelos técnicos que a assistem, como Santana, a qual esta pesquisa optou por essa definição⁹. Aqui se faz uma apresentação sobre o comportamento desse programa junto aos agricultores beneficiários, denominados de pronafianos, e comparar aos resultados dos agricultores que não obtiveram financiamento através do Pronaf, ora denominados de não pronafianos. Inicialmente, aborda-se quanto aos aspectos sobre do assentamento através da apresentação de um pequeno histórico, seguido dos diagnósticos dos agricultores pesquisados.

4.1 DESCRIÇÃO E HISTÓRICO DO PA ITABOCAL

O Projeto de Assentamento (PA) Itabocal, existe há 12 anos. Antes de se tornar um PA, denominava-se Gleba Itabocal. Sua desapropriação aconteceu por interesse social para fins de reforma agrária, através do Decreto nº 97.609, de 04 de abril de 1989 e sua emissão de posse ocorreu em 24 de março de 1994, sendo regularizado e destinado para assentamento de agricultores através da Portaria nº 4, de 10 janeiro de 1995, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Nessa área existem moradores que a ocupam há mais de 20 anos. O PA possui uma área de aproximadamente 39.680 ha, localizado na microrregião do Guamá e mesorregião do Nordeste paraense, abrangendo os municípios de Irituia, Mãe do Rio e Capitão Poço, com uma organização atual de 27 comunidades. No Mapa 1, visualiza-se a localização geográfica do PA, onde se localiza a comunidade de Santana sendo esta pertencente ao município de Mãe do Rio, estado do Pará.

⁹ Durante todo o capítulo trataremos a comunidade por Santana.



Mapa 1: Carta-Imagem da área do P.A. - Itabocal (PA).

Fonte: Incra, 2004; Base cartográfica IBGE - 2000. Elaborado a partir da Imagem TM/LANDSAT-5, órbita / ponto 223/061 de 2001. Elaborado no LAENA / NAEA / UFPA

Conforme limitação municipal, no Mapa 1, as comunidades estão delimitadas nos três municípios da seguinte forma:

a) Comunidades em Mãe do Rio: Jerusalém, Nova Jerusalém, Santa Rita, São Francisco, Santa Ana do Piripindeua, Santo Antonio, São José do Galho Grande, São João de Miranorte, Nossa Senhora de Lourdes, Tv do 49 (pertence a N.Sra. de Lourdes), São Raimundo, Marajoara, Bacaba, Cantão Pororoca, São João Batista, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora Aparecida, Rainha da Paz, Nova Esperança e Santa Ana do Igarapezinho;

b) Comunidades em Irituia: Santa Ana do Jaraquara, São Paulo, Godêncio, São José dos Arrendidos, São Pedro e Saubá;

c) Comunidade em Capitão Poço: Ponte Nova.

No que se refere à capacidade do assentamento, este possui área para atender aproximadamente 700 a 1000 famílias, porém, segundo informações da prestadora que oferece assistência técnica atualmente no local, têm-se aproximadamente 563 famílias registradas na Relação de Beneficiários do INCRA- RB.



Fotografia 1: Vista de uma das vias principais do Município de Mãe do Rio- Pará, Av. Castelo Branco.

Fonte: Elen Pessôa, 2006.

No que se refere ao histórico, “[...] o assentamento é resultante da desapropriação para fins de reforma agrária de doze imóveis rurais particulares situados paralelamente à BR-010-Rodovia Belém-Brasília, cada qual medindo aproximadamente 4.000 ha (quatro mil hectares) como produto das reivindicações de movimentos sociais de luta pela reforma agrária atuante na região a partir da segunda metade da década de

1980” (SANTOS, 2003, p. 84). Ressalte-se, contudo, que nem toda área do assentamento foi resultante de desapropriação de imóveis rurais particulares.

Ainda em Santos (2003) e confirmado por alguns moradores de algumas comunidades, em especial moradores de Santana, existem comunidades no PA que foram ocupadas e fundadas pacificamente como pequenos núcleos comunitários surgidos por influência da igreja católica, antes mesmo da área ser reconhecida como assentamento, tal como é o caso da comunidade de Santa Ana, Santo Antonio, São Francisco, Santa Rita, Santa Ana do Jaraquara, Rainha da Paz e São José. Os agricultores que ali habitavam desenvolviam agricultura de subsistência e culturas permanentes como pimenta do reino e café, haja vista que:

Os posseiros fundaram pequenos núcleos comunitários a partir dos locais de reuniões de cultos religiosos da Igreja Católica surgindo assim as comunidades de Santa Ana, São Francisco, Santo Antônio, Santa Rita, Santa Ana do Jaraquara, Rainha da Paz e São José, tendo como principais vias de acesso e escoamento de produtos as trilhas e o rio Piripindeua, cuja importância foi diminuída com a abertura da Rodovia Belém-Brasília e vicinais, incentivando novas ocupações nas áreas que permaneciam inexploradas (SANTOS, 2003, p.85)

Esse PA foi assistido pela experiência do Projeto Lumiar, implementado pelo Governo Federal na década de 1990, que tentava recuperar a prática da extensão rural com vistas a melhorar as condições de vida dos agricultores familiares a partir de trabalhos que viessem atribuir resultados na renda e no aumento da capacidade produtiva desses agricultores, abrangendo inclusive a diversificação da produção (CARDOSO; FERREIRA, 2001).

No texto de Cardoso e Ferreira (2001) é possível verificar as etapas realizadas na tentativa de se propor alternativas de desenvolvimento rural local, sendo elas: I encontro de Planejamento das Jornadas Universitárias Rurais e 1ª Oficina sobre Elaboração e Análise de Projetos de Financiamento do PROCERA. Como se observa no referido texto, na proposta do Projeto houve um elemento importante relacionado à composição das equipes de técnicos que iriam dar a assistência técnica, devendo-se ter o cuidado na seleção e na constituição das equipes, descritas como “Equipes Locais-EL”. Elas se constituíram com base em um processo de seleção, e cada grupo selecionado atuaria nos

assentamentos assistidos pelo Projeto. Essas equipes eram constituídas por técnicos em agronomia, serviço social, sociologia e técnicos agrícolas.

Tendo sido a área reconhecida e transformada em assentamento, em 1997, ainda dentro do Projeto Lumiar, a Cooperativa de Trabalho dos Engenheiros Agrônomos do Pará Ltda-UNIAGRO elaborou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento de Itabocal, onde se realizou um diagnóstico¹⁰ envolvendo o PA Itabocal, apresentando metas e ações visando a melhoria das condições socioeconômicas das famílias ali existentes, buscando, também, elevar a qualidade de vida. Tal plano fez referência à evolução da agricultura regional, categorias de agricultores familiares e aos tipos de sistemas de produção, destacando também a forma de integração do pequeno produtor ao mercado. Com a saída da UNIAGRO, o assentamento passou a ser acompanhado e assistido tecnicamente pela Cooperativa de Prestação de Serviços em apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável-COODERSUS, cujo escritório central localiza-se no município de Mãe do Rio. A COODERSUS também mantém um escritório em Ipixuna do Pará e outro em Aurora do Pará.



Fotografia 2: Coodersus-Mãe do Rio-PA.
Fonte: Elen Pessôa, 2006.

Em Itabocal, as comunidades possuem em sua estrutura a figura de um coordenador. Algumas delas constituíram associações que, segundo os moradores, já somam em número de 10, havendo uma central das associações. Em recente visita ao assentamento durante o mês de janeiro de 2006, foi possível observar a heterogeneidade dessas comunidades no que se refere à aquisição de crédito. Alguns agricultores

¹⁰ Denominado Diagnósticos dos Sistemas Agrários de Uma Área da Microrregião do Guamá.

recebem Pronaf, outros receberam FNO-especial, outros o PROCERA e outros que preferem não recorrer a nenhum tipo de crédito.

A base da agricultura do assentamento é voltada para a produção de mandioca, mas com o cultivo de outras culturas como feijão, milho, arroz, extração de malva e açaí. Em relação à criação de animais, têm-se como atividade forte a pecuária bovina, além de pequenas criações como: porcos, aves e peixes. Nos dois últimos anos algumas comunidades têm desenvolvido experiências com apicultura, como mais uma atividade na vida econômica das famílias.



Fotografia 3: Vista da Comunidade Santa Ana – PA-Itabocal (PA).
Fonte: Elen Pessôa, 2006.

Poucas são as comunidades assistidas por postos de saúde. Por conta desse fator muitos moradores costumam fazer o cultivo de plantas medicinais nos quintais. Quando ocorrem casos mais graves e precisam se deslocar, dependendo do caso, os doentes vão para a cidade de Mãe do Rio, Castanhal ou Belém.

A religião predominante do Assentamento é a católica, em seguida vem a evangélica com a presença de igrejas da Assembléia de Deus. As celebrações costumam ser organizadas pelos próprios moradores, com a presença de ministros (leigos que são autorizados a coordenarem as celebrações), sempre aos domingos. Os padres costumam rezar missas apenas uma vez ao ano. A maior parte das comunidades possui energia elétrica e água encanada. Para outra parte, a água é obtida através de poço artesiano.

Quanto à educação, a partir do contato com os Coordenadores das comunidades São Paulo, Santo Antônio, Santa Ana do Jaraquara, Santa Rita, Godêncio, São José do Galho Grande, XV de Novembro e Rainha da Paz, e a visita às comunidades Nova Jerusalém, Santana, Nossa Senhora de Lourdes e Saubá, observou-se que em oito delas há escolas de 1ª a 4ª séries, em uma há escola de 1ª a 8ª série, e em uma não há escola. Com relação à forma de ocupação da área, constatou-se, a partir de conversas junto a alguns moradores que essas foram organizadas de modo diferenciado, como exemplo nas comunidades de Nossa Senhora de Lourdes e Nova Jerusalém.

Em Nossa Senhora de Lourdes, a Coordenadora informou que a área pertencia à Jonasa. Dentre as pessoas que iniciaram a ocupação, alguns moradores já não estão mais na área, isso porque as propriedades foram vendidas a terceiros. A comunidade de Nova Jerusalém, por sua vez, era uma área habitada que tinha o nome de Vila Jerusalém. Nela houve um período em que um fazendeiro adquiriu parte da propriedade a partir de trocas de objetos com os antigos habitantes. Posteriormente, novas ocupações foram surgindo na então fazenda, dessa vez organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mãe do Rio. Após essa ocupação, o INCRA desapropriou a área beneficiando os atuais moradores, daí o nome da comunidade ser atualmente Nova Jerusalém. A denominação de comunidade foi feita pelos próprios moradores. Outra informação curiosa fornecida pela coordenadora dessa comunidade foi a de que todos os moradores são filhos dos moradores da comunidade Santo Antônio.



Fotografia 4: Comunidade Nova Jerusalém –PA-Itabocal.
Fonte: Elen Pessôa, 2006.

Quanto à forma de comercialização da produção do assentamento e da própria região, existe em Mãe do Rio o Galpão do Agricultor, um espaço destinado à comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores das diversas localidades da região Nordeste do Pará, entre essas, têm-se Mãe do Rio, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Garrafão do Norte, Piriá, Santa Maria do Pará, São Miguel e Paragominas. Esse espaço funciona sempre aos sábados, sendo considerado pelos agricultores como uma das maiores feiras da região. Além desse espaço, alguns agricultores costumam comercializar seus produtos no próprio assentamento. No caso de Santana, além do acesso ao Galpão do Agricultor, os agricultores costumam vender sua produção dentro do assentamento para “camioneiros”, atacadistas e bodegueiros¹¹.



Fotografia 5: Galpão do Agricultor -Mãe do Rio (PA).
Fonte: Elen Pessoa, 2006.

4.2 DIAGNÓSTICO DE SANTANA

O acesso à comunidade de Santana se dá por Mãe do Rio, por Irituia ou por Capitão Poço, durante a pesquisa utilizou-se a estrada que se inicia no perímetro conhecido por km 40 da BR-010, em Mãe do Rio, estrada essa que se encontra em bom estado de conservação. A comunidade possui aproximadamente 138 famílias habitantes, sendo que nem todas possuem estabelecimentos (lotes), as que possuem têm a área demarcada pelo INCRA em 25 hectares. Observou-se, todavia, que alguns agricultores possuem estabelecimentos com área acima de 25 ha, entre 30 e 100 hectares, adquiridos por compra ou por herança. Das famílias que não possuem estabelecimentos, algumas

¹¹ Conforme questionário aplicado, os termos a seguir têm o seguinte significado: camioneiros (atravessador que vem comprar na comunidade); atacadista (grande comerciante que compra em quantidade na cidade); bodegueiro (pequeno comerciante da comunidade).

trabalham no setor de serviços na cidade de Mãe do Rio; outras possuem um pequeno comércio ou bar na comunidade ou trabalham em estabelecimentos de parentes e/ou de conhecidos.

Buscando conhecer o perfil dos entrevistados na comunidade pesquisada, foram trabalhadas variáveis como: naturalidade, faixa etária (idade), escolaridade, religião, organizações sociais e renda não agrícola. Quanto à naturalidade, os agricultores de Santana originam-se na sua maioria do estado do Pará, dos municípios da própria região Nordeste. Do total de entrevistados (49) sendo, dos 32 pronafianos- 31 são paraenses o que corresponde a 97% do grupo e apenas 2 correspondente a 3% vem do Ceará. Do grupo dos não pronafianos (17 no total), 15 agricultores, ou seja, 88% são paraenses, 1 correspondente a 6% é do Ceará e 1 (6%) do Maranhão (Gráfico 2).

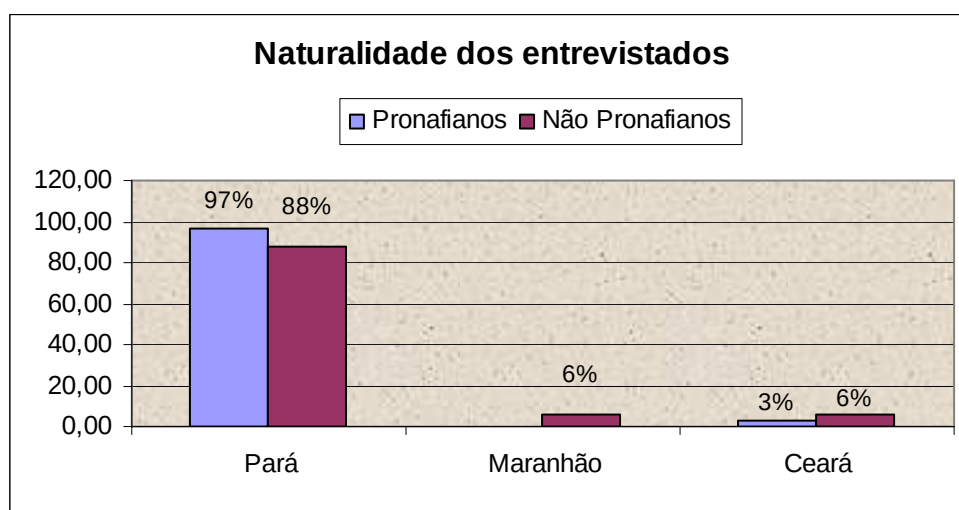


Gráfico 2: Naturalidade dos entrevistados
Fonte: Elen Pessoa-2006

No que se refere a faixa etária, o grupo dos pronafianos encontra-se em plena capacidade de trabalho (idade produtiva), pois tem seus agricultores ativos no limite entre os 30 e 50 anos, onde a faixa mais representativa encontra-se na faixa entre 30-40, correspondente a 25% dos beneficiários nesse grupo. Os não pronafianos encontram-se na sua maioria em idade igual ou superior a 51 anos correspondendo a 35% dos agricultores desse grupo; apesar de nesse grupo a maioria encontrar-se em idade pouco produtiva, a sua maioria ainda encontra-se ativa (Gráfico 3).

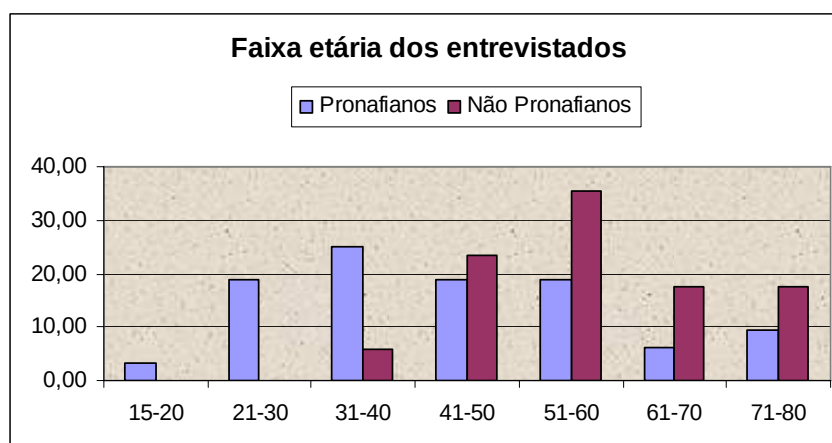


Gráfico 3: Faixa-etária dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo-2006

A idade pode afetar a capacidade de trabalho dos agricultores, quando os mesmos encontram-se com idade mais avançada. Observando o grupo dos não pronafianos, a faixa etária dos entrevistados encontra-se entre os 50 e 80 anos, com maior destaque para os 60 anos, o fato de se encontrarem numa faixa de idade mais avançada, a capacidade de trabalho pode interferir no resultado da produção. Para o grupo dos entrevistados que não tiveram interesse em obter financiamentos por Pronaf, o que se verificou nos seus relatos, foi o fato de se encontrarem em idade já avançada, por alguns apresentarem problemas de saúde, e pelo fato de os filhos não quererem dar continuidade às tarefas, o que os leva à insegurança em adquirir crédito e virem a se endividar.

Quanto a escolaridade, observa-se através do gráfico 4, que 17 dos 32 pronafianos entrevistados, ou seja, 53% possuem o 1º grau completo, enquanto que dos não pronafianos (total de 17), 11 possuem o 1º grau completo, correspondendo a 65% desse grupo. Quanto ao perfil de analfabetismo; apenas 1 pronafiano identificou-se como analfabeto, ou seja 3% do total entrevistado, enquanto no grupo dos não pronafianos, 5 encontram-se como analfabetos, ou seja, 29%.

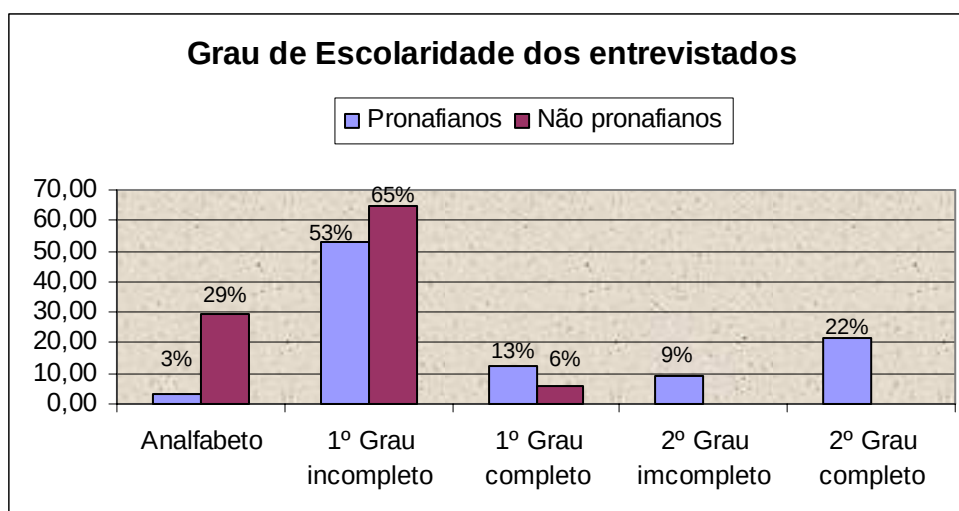


Gráfico 4: Faixa-etária dos entrevistados
Fonte: Pesquisa de campo-2006

A escolaridade ou nível educacional, também pode interferir de forma negativa junto ao agricultor, mesmo respeitando o saber tradicional e toda uma vivência e experiência, há riscos que podem afetar os agricultores, um deles pode ser indicado pela não facilidade em compreender como é constituído o Pronaf e suas linhas de crédito, alguma tecnologia que ainda não seja do conhecimento do agricultor, além de riscos de oportunistas, entre outros, o que pode ter reflexos inclusive no resultado da produção, e na sua vida organizacional.

No que diz respeito ao aspecto organizacional da comunidade, essa possui uma associação homônima, um Clube Agrícola, uma igreja Católica e uma assembléia de Deus. A Associação de Santana encontra-se atualmente com funcionamento falho. Segundo os entrevistados, há mais de um ano não ocorre reuniões, e o próprio presidente informou que não houve eleições para mudança na presidência da Associação, ele vem assumindo a função desde o último mandado oficial. Uma organização como a associação citada, com fragilidades identificadas, prejudica os agricultores quer na busca de financiamentos como na própria representação dos mesmos junto à Prefeitura, e outras instituições e organizações.

Dos entrevistados, 61% estão associados à Associação de Santana, enquanto 39% não são associados sendo, 8% estão inseridos em associações de outras comunidades e 2% participa do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense-MINEPA. Percebe-se por parte dos moradores que não há qualquer providência em

eleger nova diretoria para a Associação de Santana, o que pode indicar pouca credibilidade por parte dos entrevistados nessa diretoria que se mantém, ou até mesmo nessa forma de organização. Contrariamente ao Clube Agrícola ali existente, esse tem participação de 31% dos agricultores entrevistados. O referido Clube aparenta ser organizado, tendo participação mais efetiva dos seus associados; nele os agricultores se reúnem para discutir questões referentes à própria organização, comercializam produtos provenientes de lote próprio desse Clube e de outras áreas, conseguem manter um lote de terra para a produção de cultura temporária como mandioca e feijão, uma outra área para criação de gado, e atualmente possuem um tanque destinado à criação de tambaquis e tilápias. Todo o produto comercializado é dividido entre os agricultores associados ao clube.

A participação dos entrevistados em organizações é mais efetiva no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na ordem de 53%. Há 2% de agricultores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará-SINTEPP contra 45% que não estão ligados formalmente a nenhuma entidade de classe. Informações sobre a atividade exercida antes de ocuparem o assentamento apontam o trabalho agrícola como predominante, com dois agricultores que participam da atividade de magistério.



Fotografia 6: Clube Agrícola de Santa Ana.
Fonte: Elen Pessôa, 2006.

Em relação à infra-estrutura (escolas, posto de saúde e transporte), na comunidade existe uma escola de ensino fundamental e um local destinado à educação infantil com o sistema multiseriado. Há transporte para deslocar os estudantes do ensino médio e os agricultores para as feiras, na cidade. A comunidade possui apenas um posto de saúde que assiste outras comunidades próximas.



Fotografia 7: Educação infantil multiseriado – jardim e alfabetização.
Fonte: Elen Pessôa, 2006.

A pesquisa verificou que entre os entrevistados, alguns obtêm outras fontes de renda advindas de pensão, aposentadoria, benefícios, auxílio doença, bolsa família e bolsa escola. Essas fontes conduzem à discussão sobre as forma de renda não agrícola das famílias. No que diz respeito ao Bolsa família, 18 agricultores são assistidos por esse programa do governo federal; 11 recebem aposentadoria; 2 recebem pensão; 2 recebem salário pela atividade de professor; 1 recebe assistência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI; 1 presta serviço como pedreiro e 3 recebem benefício para filhos doentes, conforme mostram os dados representados no Gráfico 5.

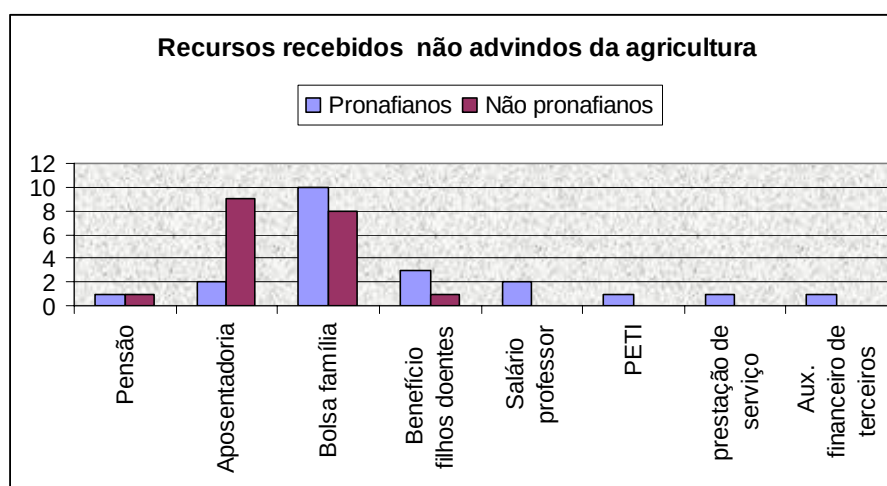


Gráfico 5 – Recursos recebidos não advindos da agricultura.
Fonte: Pesquisa de campo-2006

Schneider (2003, p. 100) destaca no cenário agrícola, aspectos relacionados a mudanças na origem da renda do agricultor a partir de outras atividades inseridas na pluriatividade:

Sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como *uma* das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas.

4.3 O PRONAF EM SANTANA

Nas atividades financiadas através do Pronaf A, observou-se que a maioria dos projetos é voltada para a pecuária bovina com aptidão mista com inserção de algumas culturas permanentes como pimenta, açaí e caju, além de um projeto com investimento para produção de mel. Houve também um financiamento de espécie florestal incluído em um dos projetos financiados. É importante ressaltar que quando se faz menção às atividades financiadas, todos os financiamentos são voltados para a unidade familiar, logo a renda obtida nos resultados considera-se para toda a família apesar de o financiamento ser efetuado individualmente ou coletivamente.

Além da atividade pecuária, um outro destaque vai para o extrativismo na comunidade, sendo o açaí o produto mais explorado, seguido do cupuaçu, madeira, castanha e palmito. O açaí destaca-se como espécie nativa de fácil localização, podendo ser encontrado tanto nos quintais como nos lotes dos agricultores. A coleta do fruto é voltada basicamente para o consumo das famílias, com pouco estímulo para a comercialização. O açaí minimamente comercializado é vendido dentro da comunidade.

Na comunidade de Santana foi identificado apenas um financiamento de custeio-Pronaf A/C. Conforme a pesquisa, esse tipo de crédito não costuma ser realizado na comunidade, um dos fatores está relacionado a assistência técnica na área, onde segundo informações de técnicos, é muito mais interessante trabalhar com o Pronaf-A; além da pouca aplicabilidade desse financiamento pela assistência técnica, observa-se ainda, conforme o capítulo 3, que a instituição financeira citada (Banco da Amazônia) também teve baixa aplicação dessa linha (custeio A/C) no Pará, tendo aplicado um total de 597 contratos no período de 2000 a 2006, conforme já citado no capítulo anterior, não é possível citar a participação do Banco do Brasil nesse processo por não ter conseguido

os dados por aquela instituição. Não somente os fatores elencados anteriormente dificultam a aplicação do custeio, um outro elemento está relacionado ao fato de os agricultores também não terem maiores informações sobre essa linha de crédito.

Em relação à base produtiva, em Santana além da atividade pecuária, uma outra provém da agricultura, com destaque para consumo e para a comercialização da farinha de mandioca, seguida de outras culturas como feijão, arroz, milho, malva e de algumas culturas permanentes como caju e pimenta, sendo essa última cultura não tão explorada quanto àquelas temporárias.

A comunidade também é assistida por um projeto coordenado pela Fundação Sócio Ambiental do Nordeste Paraense-FANEP (pólo Pró-ambiente), denominado “Sistemas Alternativos Agroecológicos para a Agricultura Familiar no Nordeste Paraense”, onde a Embrapa, parceira do projeto, acompanha e assiste 10 agricultores em atividades como plantio de feijão sem queima.



Fotografia 8: Lote de agricultor assistido por projeto parceria FANEP/Embrapa (Pólo Pró-ambiente).

Fonte: Elen Pessôa, 2007.

4.4 ATIVIDADES PRODUTIVAS EM SANTANA

4.4.1 A pecuária



Fotografia 9: estabelecimento utilizado para criação de gado.
Fonte: Elen Pessôa, 2007.

O padrão dos estabelecimentos (lotes) tanto em Santana bem como em todas as comunidades de Itabocal é de 25 ha, apesar de existirem estabelecimento com área entre 50 e 100 ha. A distribuição dessas apresenta-se em roça, capoeira, culturas permanentes e pasto, com uma pequena área de mata ainda preservada. Do total de agricultores entrevistados, apenas 33% possuem área de mata em sua superfície; 60% possuem área de pasto limpo, medindo aproximadamente 13 ha, e de pasto sujo 12 ha, sendo a área destinada à roça em média 2 ha.

Observando a evolução dos lotes dos entrevistados – no início da sua ocupação que iniciou a partir da década de 1960 e comparando ao ano da pesquisa, ou seja, em 2006 –, verifica-se que a área de mata representa hoje 8% do total dos estabelecimentos dos agricultores entrevistados. No que se refere à área total, essa, durante a evolução da comunidade, foi se reduzindo, isso se deve ao fato de alguns agricultores terem vendido ou doado parte de seus lotes. Na Tabela 5 percebe-se redução não apenas na área de mata como, também, da área de capoeira, notadamente em função de um aumento na superfície destinada ao pasto que, somados pasto sujo e limpo correspondem a uma área total de 39%. A redução das áreas de mata e capoeira implica entre outras questões, em problemas ambientais, e em comprometimento junto a financiamentos.

Tabela 5 - Evolução dos recursos vegetais nos estabelecimento dos produtores entrevistados

Distribuição das áreas (ha)	Início da exploração	Ano da pesquisa 2006
Mata	470,00	136,00
Várzea inundável	66,50	66,50
Capoeira	1102,00	780,00
Roça	19,00	35,00
Culturas permanentes	2,00	20,50
Pasto sujo	48,00	244,75
Pasto limpo	39,00	429,25
Área total	1746,50	1712,00

Fonte: Pesquisa de campo-2006.

Os 32 projetos de Pronaf, como já mencionados acima, voltaram-se basicamente para investimento na atividade de pecuária, com aquisição de reprodutores e matrizes, através do Pronaf A. Conforme as normas de financiamento, o gado financiado era de aptidão mista, ou seja, destinava-se tanto para corte quanto para a produção de leite. Os dados da pesquisa indicam que a produção foi praticamente destinada à pecuária de corte, com baixa produção e comercialização de leite. O leite produzido em sua maior parte ou é consumido pelas famílias ou é comercializado dentro da própria comunidade. Esse fator de baixa produção de leite deve-se também a qualidade do gado adquirida pelos agricultores. A raça adquirida na sua maior parte é de baixa qualidade não sendo muito apta a produção de leite. A aquisição de animais com baixa qualidade acaba comprometendo o investimento realizado pelos agricultores. Do quantitativo de leite produzido, os dados coletados informam que a média de produção de leite pelos pronafianos foi de 4 litros/dia, sendo que ao final de 5 meses foram produzidos e consumidos 19.500 litros, onde foram comercializados apenas 540 litros. O grupo dos não pronafianos teve uma média de produção de 40 litros/dia, com um total de 6.000 litros em 05 meses, esse grupo não comercializou leite, apenas consumiu.

O fato dos financiamentos (Pronaf A) terem sido aplicados em investimento na pecuária pode ser explicado entre outras questões, pelo fator histórico da região (região com forte predominância da pecuária) o que influencia os financiamentos nessa atividade, considerando inclusive a força que essa atividade tem no mercado local além de ser considerada uma atividade que garante ao agricultor ter nela sua “poupança” ou

“reserva financeira”, pois em qualquer emergência há facilidade em vender um animal e adquirir recurso para qualquer urgência. Não apenas em Santana, mas em muitos assentamentos, a maioria dos projetos financiados é voltada para investimento nessa atividade. Em tese, presume-se que a realidade do agricultor assentado, que inicialmente obteve um crédito de fomento e um crédito habitação, o Pronaf A entraria como um crédito para proporcionar uma melhor estruturação da produção, porém, no caso pesquisado, grande parte dos financiamentos, na sua maioria voltado para investimento, não são acompanhados de custeio o que pode comprometer a atividade investida.

A pouca ou quase nenhuma aplicação de Pronaf A/C em Santana deve-se entre outros fatores a:

- a falta de conhecimento e pouca orientação dos agricultores sobre essa linha de crédito e sua operacionadade;
- o desalinhamento entre as instituições financeiras e as assistência técnica, no que se refere a construção de plano de aplicação para os projetos a serem financiados pelo Pronaf, no caso aqui os destinados ao custeio para atividades que tem espaço no mercado, como a própria bovinocultura, e como outro exemplo a mandioca e o feijão;

Ainda sobre o Pronaf A, no que se refere a operacionalização do crédito, quando o agricultor é beneficiado pelo Pronaf, normalmente recebe o crédito pelo teto, apesar de ele não ser obrigado a financiar o valor total do crédito. As normas de operacionalização do Pronaf permite ao agricultor fazer uma primeira operação de acordo com a necessidade da atividade a ser investida. As observações da pesquisa indicaram que muitas vezes, o agricultor não tem conhecimento sobre o crédito, o que o leva a fazer o crédito pelo teto. A prática do investimento sem o custeio a posteriori, se deve a fatores que envolvem tanto a base (desde o agricultor) até a esfera financeira (bancos), o não financiamento de atividades de custeio torna-se quase que cultural.

Conforme a tabela 6 é possível observar o reflexo do crédito realizado no último ano agrícola, durante a pesquisa de campo.

Tabela 6 - Comercialização da pecuária no último ano agrícola.

Pecuária	Qtde vendida (cabeças)		Preço médio de venda (R\$)*	Renda Bruta		Renda Média	
	Pronafianos	Ñ pronafianos		Pronafianos	Ñ pronafianos	Pronafianos	Ñ pronafianos
Boi	14	16	696,33	9.748,62	11.141,28	304,64	655,37
Vaca	33	3	439,36	14.498,88	1.318,08	453,09	77,53
Bezerros	50	10	221,98	11.099,00	2.219,80	346,84	130,58
Bezerras	3	6	206,89	620,67	1.241,34	19,4	73,02
Novilhos	8	10	307,78	2.462,24	3.077,80	76,95	181,05
Novilhas	21	1	283,41	5.951,61	283,41	185,99	16,67
TOTAL	129	46	-	44.381,02	19.281,71	1.386,91	1.134,22

Fonte: Pesquisa de campo-2006.

*Animal vendido em pé

Os dados acima apresentam uma diferença nas rendas das famílias que receberam Pronaf em relação as que não receberam. Apesar dessa diferença na renda, esse fator não pôde ser confirmado se foi por conta do Pronaf, devido a limitações metodológicas. Porém, como os beneficiados pelo Pronaf tiveram quase 100% dos seus projetos investimento em pecuária, com uma linha de crédito mais “alinhada” e com menos riscos de aplicação indevida na atividade financiada, isso pode ser um indicador de uma diferença de renda, e considerando também, o ato de alguns agricultores não pronafianos encontrarem-se inadimplentes com o FNO-especial o que os impede de adquirir qualquer outro financiamento para suas atividades.

Dos 17 agricultores não pronafianos, 53% tiveram financiamentos de FNO-Especial com atividades de pecuária e culturas permanentes como côco e pimenta do reino, banana e açaí; 24% tiveram financiamento de projetos com recursos do Procerá também para atividade de pecuária e cultura permanente como pimenta do reino e côco, e 23% que nunca fizeram nenhum tipo de financiamento, mas que possuem em seus estabelecimentos atividades temporárias e permanentes como caju, sendo apenas um agricultor desse grupo que mantém criação de gado.

4.4.2 Produção, consumo e comercialização das culturas temporárias



Fotografia 10: família descascando mandioca para preparo de farinha.
Fonte: Elen Pessôa, 2006.

Outra atividade verificada na pesquisa foi a atividade de culturas temporárias. Nessa, também se observou um aumento da renda média das famílias beneficiadas pelo Pronaf, comparada a renda média dos não pronafianos, conforme a Tabela 7.

Para essa atividade não foi realizado financiamento de Pronaf, os recursos aplicados nela são próprios tanto pelos pronafianos como pelos não pronafianos, à exceção de um único agricultor que financiou um custeio (Pronaf A/C). Há ainda que se considerar o fator assistência técnica, que se mostrou mais presente no grupo dos pronafianos.

Tem-se, portanto, uma indicação de que mesmo que os projetos tenham sido voltados para atividade pecuária, possivelmente a renda auferida naquela atividade possa ter refletido nas culturas temporárias. O resultado produzido pelos agricultores assistidos pelo Pronaf indica a possibilidade de realização de melhor orientação para essa atividade, com possibilidade de custeios na área, isso levaria a uma questão: até que ponto o agricultor precisaria ou não de financiamento para essa atividade.

Tabela 7 - Comercialização e consumo das culturas temporárias no último ano agrícola.

Produtos	Qtde total produzida		Quantidade Vendida		Preço médio de venda (R\$)	Renda Bruta		Renda Média	
	Pronafianos	Ñ pronafianos	Pronafianos	Ñ pronafianos		Pronafianos	Ñ pronafianos	Pronafianos	Ñ pronafianos
Arroz (sacas) *	125	8	10	-	60,00	600,00	-	18,75	-
Feijão (kg)	1.065	246	223	-	1,61	359,03	-	11,22	-
Milho (sacas)	196	74,5	31,5	28	23,14	728,91	647,92	22,78	38,11
Espigas de milho (unid.)	1.500	-	1.500	-	0,20	300,00	-	9,38	-
Mandioca (sacas)	5	21	2	5	36,00	72,00	180,00	2,25	10,59
Farinha mandioca (sacas)	550	175	373	153	28,23	10.529,79	4.319,19	329,06	254,07
Malva (kg)	1.800	-	1.800	-	0,97	1.746,00	-	54,56	-
TOTAL	-	-	-	-	-	14.335,73	5.147,11	447,99	302,77

Fonte: Pesquisa de campo-2006.

* As sacas informadas pelos entrevistados foi de 60kg.

Para essa atividade, os produtos com maior destaque foram: farinha de mandioca, milho e arroz. Entre os produtos produzidos, a participação da farinha de mandioca e do milho são maiores, com uma maior produção entre os pronafianos.

Conforme dados da pesquisa, em se tratando da questão da segurança alimentar dessas famílias, observou-se que grande parte da produção é voltada para o seu consumo- 92% da produção de arroz, 83% da produção de feijão, 78% da produção de milho e 72% da produção de farinha, foram destinadas para consumo das famílias (pronafianas e não pronafianas). Lembrando que grande parte do milho consumido destina-se à alimentação de pequenas criações (aves) e suínos. Porém, mesmo a pesquisa indicando a garantia de alimentos como farinha, arroz e feijão, segundo os relatos de alguns agricultores, essa produção não garante a segurança alimentar de todas as famílias de Santana, pois nela ainda existem famílias com um nível de renda muito baixo e que acabam precisando da ajuda dos demais moradores do local. Ainda com relação a essas culturas, os produtos foram comercializados em sua maior parte na própria comunidade, e só uma pequena parte foi comercializada na feira de Mãe do Rio.

4.4.3 Produção, consumo e comercialização das culturas permanentes



Fotografia 11: Consórcio pimenta do reino e feijão-Santana.
Fonte: Elen Pessoa, 2007.

Na cultura permanente o destaque tanto na produção como na comercialização é para a castanha de caju, seguido da pimenta do reino e do côco. Essas culturas receberam financiamentos por parte do grupo dos agricultores financiados pelo FNO-especial, que atualmente encontram-se inadimplentes, aqui inseridos no grupo dos não pronafianos. Dentro dos projetos de PRONAF financiados houve financiamento para a

pimenta do reino e para o caju. O resultado da renda para essa atividade, em comparação às temporárias não foi tão significativo, sendo que os não pronafianos obtiveram uma renda média apesar de pequena, maior que os pronafianos, conforme visualização na Tabela 8.

A diferença entre a renda média dos pronafianos em relação aos não pronafianos, corresponde a 53% em termos percentuais, e em termos absolutos R\$ 139,11. Essa diferença não é tão grande, se compararmos como base um salário mínimo (36,61%-não pronafianos), mas é significativa. A renda média maior entre os não pronafianos se dá por conta do que foi investido quando do FNO-especial, onde se destacavam as culturas permanentes, além da pecuária. Ao contrário do Pronaf, que nessa comunidade veio financiar prioritariamente a atividade pecuária.

Uma observação que se faz nesse cenário (culturas permanentes) é no que se diz respeito aos números produzidos e comercializados nessa atividade, que demonstram a necessidade de um acompanhamento maior e melhor junto aos agricultores, visando um maior aproveitamento e orientação, quer na produção ou na comercialização.

Tabela 8 - Comercialização e consumo de culturas permanentes no último ano agrícola

Produtos	Qtd total produzida		Quantidade Vendida		Preço médio de venda (R\$)	Renda Bruta		Renda Média	
	Pronafianos	Não pronafianos	Pronafianos	Não pronafianos		Pronafianos	Não pronafianos	Pronafianos	Não pronafianos
Castanha									
caju(kg)	1035	1800	995	720	0,74	736,3	532,80	23,01	31,34
Abacate(unid.)	45	-	-	-	-	-	-	-	-
Pim. do reino (kg)	460	520	460	520	2,05	943,00	1.066,00	29,47	62,71
Côco (unid.)	507	2350	-	1800	0,25	-	450,00	-	26,47
Pupunha (cachos)	56	250	-	150	2,00	-	300,00	-	17,65
Açaí (sacas)	55	10	24,5	-	27,59	675,96	-	21,12	-
Laranja (unid.)	1000	800	-	-	-	-	-	-	-
Manga (kg)	50	-	-	-	-	-	-	-	-
Cupuaçu (unid.)	10	30	-	-	-	-	-	-	-
Café (kg)	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Banana (cachos)	25	70	-	4	4,00	-	16,00	-	0,94
TOTAL	-	-	-	-	-	2.355,26	2.364,80	73,60	139,11

Fonte: Pesquisa de campo 2006.

4.4.4 Produção, consumo e comercialização de outros produtos



Fotografia 12: estabelecimento com apicultura, em Santana.
Fonte: Elizeu Cordeiro dos Reis, 2007.

Além das culturas acima apresentadas, outras criações são exploradas em Santana, como a criação de frangos, porcos e peixes, incluindo a produção de ovos e mel. Nesse tipo de atividade foi possível perceber a diferença entre a quantidade dos produtos produzidos pelos pronafianos e não pronafianos, bem como na renda média, a partir da produção. Para essa atividade, a pesquisa revelou que houve apenas um financiamento voltado para a produção de mel e galinha caipira. Mesmo não havendo financiamentos representativos para essas atividades, até o período da pesquisa, foi possível constatar um impacto na renda média entre os grupos entrevistados, conforme Tabela 09.

Dos produtos apresentados, o destaque se dá para a criação de frangos, ovos e mel, em que há uma produção considerável; porém, a produção tanto de frangos como de ovos não chega a ser comercializada em quantidade considerável, quase toda ela foi destinada para o consumo das famílias, apenas 7% do que foi produzido entre frango e ovos, pelas duas categorias (pronafianos e não pronafianos) foi comercializada. As atividades de criação de peixes e a apicultura ainda são recentes. A experiência com a criação de peixe acontece no estabelecimento de um agricultor considerado pronafiano, cuja criação não foi oriunda de Pronaf. (Tabela 09).

Em termos absolutos, a renda média dos pronafianos comparada a dos não pronafianos, foi de R\$ 191,46, correspondendo em termos percentuais em 3%. Essa renda comparada ao salário mínimo do período não é tão significativa (50%). Possivelmente a rentabilidade nessa atividade possa se dar por conta do processo de organização dos

agricultores. Na comunidade a associação encontra-se parada, e não foi percebido durante a pesquisa, mobilização por parte dos moradores em cobrar maiores ações e resgatar a mesma. A não organização dos agricultores, por conseguinte a possível falta de orientação técnica para essa atividade pode estar refletindo no resultado da produção, no caso aqui apresentado, a renda média.

Em se tratando de comercialização, essa mostrou-se mais forte na venda de peixe, mel e porco. Essa atividade indica a possibilidade de mais uma vez se estimular o crédito para a diversificação da produção, pois foi obtido, também, financiamento para a produção de mel, com a participação de um único agricultor. Foi observado durante a pesquisa de campo que havia mercado para esse produto, e estavam sendo estimulados financiamentos em outras comunidades para essa atividade. Os próprios agricultores apresentavam interesse em detrimento de manter-se com financiamentos para gado.



Fotografia 13: Criação de frango em estabelecimento.
Fonte: Elen Pessôa, 2006.

Tabela 09 - Comercialização e consumo de outros produtos no último ano agrícola

Produtos	Qtide total produzida		Quantidade Vendida		Preço médio de venda (R\$)	Renda Bruta		Renda Média	
	Pronafianos	Não Pronafianos	Pronafianos	Não pronafianos		Pronafianos	Não pronafianos	Pronafianos	Não pronafianos
Frangos (bicos)	358	395	45	10	10,00	450,00	100,00	14,06	5,88
Ovos (unid.)	603	150	-	-	-	-	-	-	-
Mel (litros)	150	-	148	-	10,00	1.480,00	-	46,25	-
Mel (kg)	350	-	349	-	3,00	1.047,00	-	32,72	-
Pato (unid)	14	-	-	-	-	-	-	-	-
Peixe (kg)	100	-	90	-	5,00	450,00	-	14,06	-
Porco (unid.)	69	27	52	-	51,92	2.699,84	-	84,37	-
TOTAL	-	-	-	-	-	6.126,84	100,00	191,46	5,88

Fonte: Pesquisa de campo-2006

4.5 A PARTICIPAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ACOMPANHAMENTO DOS AGRICULTORES

É relevante destacar na pesquisa a participação das prestadoras, tal como ilustrado no Gráfico 4. A prestadora que atua e acompanha, sob controle do INCRA, no referido assentamento é a Cooperativa de Prestação de Serviços em Apoio ao Desenvolvimento Rural (COODERSUS), isso não isenta os agricultores de buscar orientações no escritório da EMATER da localidade.

Conforme a pesquisa, do universo de pronafianos (32), 82% receberam visitas da assistência técnica, 9% não receberam e 9% não responderam sobre essa questão; para esse grupo, a prestadora foi a Coodersus. No que se refere à experiência com a atividade financiada, 59% tinham experiência, 28% não tinham nenhuma experiência e 13% não responderam a essa questão. No questionário aplicado havia um item que fazia menção se queriam ou não a atividade financiada, 84% responderam que financiaram o que queriam, 13% responderam que financiaram atividade, mas que não era a desejada e 3% não forneceram informação. A média de visitas realizadas junto aos pronafianos, por essa Cooperativa, foi de cinco visitas. Quanto ao conceito obtido, 65% dos pronafianos assistidos considerou a assistência técnica boa e 35% regular.

No que se refere aos 17 não pronafianos entrevistados, nenhum deles havia feito financiamento de PRONAF, e desse universo, 53% encontram-se inadimplentes com o FNO-Especial; 24% encontram-se inadimplentes com o PROCERA, e 23% não fizeram financiamentos. Dos que obtiveram financiamento, 53% receberam visitas técnicas, 18% não recebeu nenhuma visita técnica e 29% não responderam a pergunta. A média de visitas para os não pronafianos foi de 4,5 visitas. Desse universo de não pronafianos que receberam visitas, 56% foi assistido pela Coodersus, que obteve um conceito bom, e 44% foram assistidos pela Emater, que recebeu o conceito ruim. Do universo dos não pronafianos, 24% encontram-se inadimplentes com o PROCERA, 23% não receberam crédito e 53% encontram-se em pendência com o FNO-Especial.

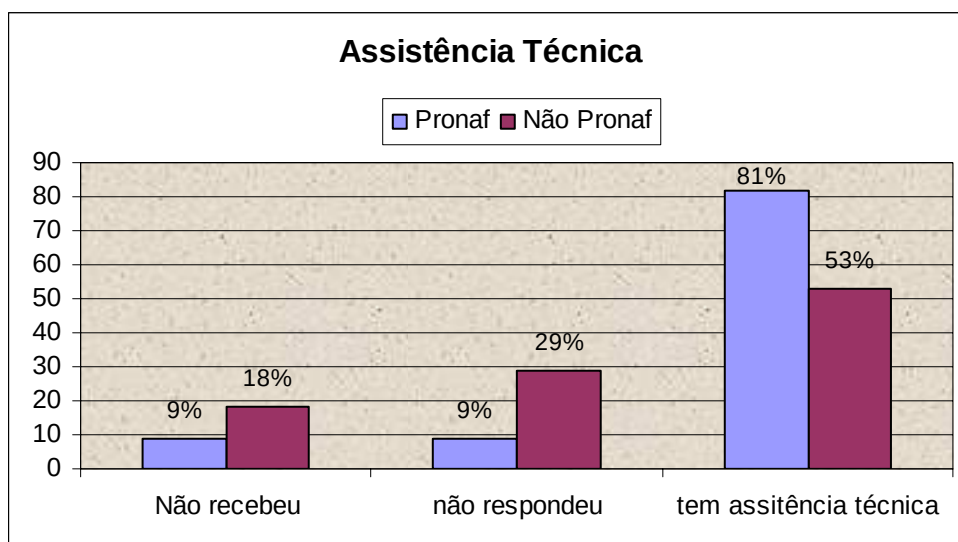


Gráfico 6 – Assistência técnica.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

No item sobre outras alternativas buscadas para melhorar a técnica de produção, segundo a pesquisa, os agricultores procuram buscar outros recursos para utilizar no aprendizado e melhorar suas práticas agrícolas entre eles, destacaram-se programas televisionados, visitas a outros projetos e participação em cursos junto à Emater e à Coodersus. Esse cenário remete à discussão do papel das prestadoras ou da assistência técnica na organização da produção dos agricultores assentados sejam pronafianos ou não. Os resultados indicam que os agricultores financiados são os que recebem mais visitas em detrimento dos agricultores que não foram financiados, o que em tese não poderia ocorrer, pois as prestadoras que assistem tanto o assentamento como especificamente a Comunidade de Santa Ana, recebem recursos do governo federal, em especial do INCRA para realizarem um trabalho de assistência e extensão nessa área.

4.6 QUESTÕES GERAIS SOBRE O PRONAF EM SANTANA.

Com base nos relatos dos entrevistado, dos que responderam sobre alguma mudança a partir do PRONAF, 78% informaram que PRONAF mudou alguma coisa em suas vidas, e 22% acharam que não houve mudança. Das mudanças positivas percebidas destacam-se as seguintes:

- se sentiram mais estimulados para trabalhar com roça;
- conseguem ter recursos para adquirir sementes;
- a partir do crédito acham que as coisas ficaram mais fáceis, antes achavam que as coisas eram mais difíceis;

- conseguiram obter gado, pasto;
- conseguiram aumentar gado e melhorar o pasto;
- foi possível ampliar a produção como no caso do mel;
- foi possível adquirir outros equipamentos;
- melhoria da escoação da produção e melhora do lote, inserindo inclusive atividade de reflorestamento;
- as condições de vida melhoraram, com possibilidades de aquisição de equipamentos como televisão, geladeira, e infra-estruturais como os que são usados na reforma de residências;
- recebimento de mais visitas da assistência técnica;
- mais experiência com os bancos;
- aprendizado quanto a aplicação do o recurso corretamente;
- tem o gado como reserva para eventuais emergências.

Conforme alguns relatos que confirmam essa mudança nas vidas dos agricultores, têm-se os depoimentos abaixo:

Melhorou porque minha situação assim né. Porque olha, a gente já tem o gado da gente, o leite já tem, já dá pra tomar assim no café, dar pros meninos (Produtora em 18.11.06).

Mudou, porque agente não tinha quase acesso à escoação dos produto da gente. Depois que foi feito o financiamento, aí foi feito a estrada. Ai tem a estrada, tem as coisa tudinho, aí a gente pode escoar os legumes da gente pros outros canto (Produtora em 19.11.06).

Dos pronafianos que acharam que não houve mudanças, os motivos apresentados nas entrevistas foram:

- perda do gado por acidente (mordida de cobra);
- o retorno financeiro não foi o esperado.

As sugestões declaradas pelos agricultores para melhorar a condições dos financiamentos foram:

- que o recurso fosse repassado na sua totalidade, diretamente para o agricultor. Declaram que se tivessem acesso ao recurso poderiam escolher o que comprar. Pois, segundo alguns agricultores, eles não se sentem livres para escolher os produtos que gostariam de adquirir. Segundo eles, muitas vezes as fazendas e lojas são indicadas, sendo que os preços são mais encarecidos quando da compra de gado, que quando da compra de materiais como ferramentas, sendo alguns produtos oferecidos com qualidade considerada “ruim”;

- que a assistência técnica realizasse mais visitas;
- que os bancos orientassem melhor sobre o crédito; que fosse aumentado o número de parcelas, o prazo de carência e que os juros pudessem ser reduzidos. Essa redução de juros é referente aos juros cobrados quando o agricultor não consegue pagar no vencimento da parcela e redução no processo burocrático;
- que houvesse garantia para perdas na produção e por morte de animais quando no prazo de carência, como exemplo, nos casos de mordida de cobra;
- investimento também em maquinários.

Nessa perspectiva, importa observar o depoimento de uma produtora quanto ao que percebe como dificuldades para a obtenção de financiamento para os pequenos produtores rurais:

Eu queria que os governos principalmente tivesse mais um interesse pelos agricultor, que é isso que não tá tendo. Eu acho que é muita burocracia no banco, é preciso que mude ao menos com os agricultores, agente ser reconhecido como agricultor, que isso a gente não tá sendo ainda, reconhecido como agricultor aonde deve ser. Nas entidades que a gente merece ter respeito, merece ter apoio a gente ainda não ta tendo (Produtora em 19.11.06).

Quanto à condição se o agricultor se sente melhor ou pior financeiramente, antes de ter recebido o PRONAF, 75% dos beneficiários, ou seja dos pronafianos, se consideram em melhor situação. Dentre os motivos apresentados, eles justificam essa melhoria com base nos seguintes aspectos:

- poderem adquirir mão-de-obra para ajudar na produção. Neste caso, segundo os entrevistados que deram essa resposta, o número de prestadores de serviços não passou de dois;
- com o PRONAF conseguiram ter um melhor retorno financeiro;
- conseguem ter mais renda a partir da venda do gado;
- têm crédito junto ao comércio local;
- adquiriram experiência sobre como lidar com o crédito e com os bancos;
- alguns conseguem pagar prestações antes do vencimento;
- conseguiram financiar outras atividades como mel e porco.

Apenas 3% acharam que não houve melhoras e a justificativa foi pelo risco de após adquirir o recurso, se tornar inadimplente, como se observa nas falas abaixo:

O financiamento não mudou nada, porque o gado ao invés de dar certo foi à falência (Produtor em 15.10.06).

Quando se indagou sobre a necessidade de aquisição de um novo financiamento, 47% dos pronafianos disseram que gostariam de ter novos projetos financiados através do PRONAF, entre as justificativas destaque-se:

- a partir do primeiro financiamento possibilitou adquirir experiência para saber lidar com outro financiamento no que se refere a saber gerenciar o recurso para que não haja problemas com o crédito;
- percebeu-se que é possível se trabalhar com atividades como criação de galinha caipira, porco e peixe;
- possibilidade de manter a criação de gado e melhorar o pasto;
- sente-se estimulado a adquirir PRONAF A/C.

As vozes abaixo são emblemáticas sobre o interesse em obter novo financiamento:

Só se depois que eu terminar de pagar, aí ser eu queria ou pra peixe ou pra porco, porque é mais fácil de mexer. O gado também não é difícil de mexer, o gado é bom. Agora abelha eu num tenho vontade de mexer não (Produtor em 15.10.06).

Sim, porque a gente já fez um, aí se alguma coisa que a gente não fez certo quando pegou um, agora a gente já num, se for o caso de fazer outro vai tentar fazer pra acertar né (Produtor em 15.10.06).

Gostaria de pegar PRONAF porque tem companheiros que já fizeram e já pagaram, porque o governo hoje dá 40% de desconto. Os preço hoje é normal. Não há muitos casos de roubo [...] é uma coisa mais decente, programa mais aberto, já tem a empresa que presta serviço, vejo coisa que favorece, vejo agricultor que consegue pagar as parcela (Produtor - caso FNO).

Os demais responderam a essa questão informaram que não gostariam de adquirir novamente PRONAF por que:

- alguns não se sentem mais em condições de continuar trabalhando na terra;
- que não deveriam ter feito nenhum outro projeto, e só perceberam essa dificuldade após ter adquirido o financiamento;
- não se sentem livres para poder escolher de quem comprar os produtos e animais.

Esses questionamentos levantados junto aos pronafianos conduzem à reflexão sobre como as prestadoras vêm atuando junto ao PRONAF. As limitações ainda existentes junto às instituições financeiras. Entre os não pronafianos, apesar de sua maior parte encontrarem-se inadimplentes, os que se encontram nessa situação tanto pelo FNO como pelo ProCera

responderam que gostariam de adquirir projetos financiados pelo PRONAF, em especial por acharem o programa mais organizado, por perceberem que quem adquire PRONAF consegue pagá-lo, mas só não o fazem por encontrarem-se pendentes junto aos financiamentos anteriormente adquiridos, sendo que desse universo apenas 5, ou seja, 29% responderam que não fariam outro financiamento por medo de se endividarem e por não confiarem mais nos financiamentos.

Quanto aos que nunca fizeram nenhum financiamento, quer de PRONAF, PROCERA ou FNO, apenas 6% dos entrevistados respondeu que gostaria de adquirir financiamento proveniente desse Programa para atividade de piscicultura, contra 24% que justificaram não querer PRONAF por problemas de saúde como relata um agricultor:

Eu já to com idade, eu tenho meninos aqui que são solteiros, são jovens mais não são interessados. Por isso que eu não faço, eu já to cansado, eu acho a moleza deles. Ai eu não sei entrar, eu não gosto de dever pra ninguém que fico preocupado e fico mais doente se eu dever pros outro, principalmente pros banco (Produtor em 14.10.06).

Fatores como o que aparece no relatado acima ratificam o que comentaram durante a pesquisa, pois alguns dos entrevistados encontram-se em idade avançada, e como a idade não lhes permite trabalhar e os filhos não dão continuidade às atividades, eles evitam obter novo financiamento por medo de se endividarem.

4.7 A RELAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO COM A TEORIA

Os desafios apresentados à agricultura familiar, e a proposta de um novo modelo de desenvolvimento rural remete as discussões postas a essa categoria, discussões essas relacionadas a diversas temáticas como por exemplo a questão ambiental, as relações culturais, fatores relacionados as políticas públicas voltadas para essa agricultura, adentrando portanto na relação dessa categoria com o mercado, por conseguinte com o crédito.

O tratamento destinado à agricultura familiar ainda não se dá de forma concluída, os estudos a respeito continuam; o conceito apresentado por Lamarche indica que essa categoria por ter resistido nas dinâmicas e no contexto histórico do campesinato, e como define o próprio autor: a exploração familiar corresponde a “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1997, p.15).

Outros autores como Costa e Hurtienne, tratam em seus estudos de conceitos ligados a pequena produção em que relacionam ainda a questão da propriedade ou posse da terra, sendo essa propriedade existindo com uma área em até 200 ha.

A pesquisa vai ao encontro dessas informações quando se identifica em Santana que todos os agricultores entrevistados estão ocupando os lotes onde residem, e sua maior parte aguarda o título definitivo de posse da propriedade, por deterem os meios de produção e a força de trabalho para desenvolverem suas tarefas. Dentre os entrevistados, apenas um agricultor foi identificado como utilizador de mão-de-obra contratada para auxiliar nas tarefas de produção.

No que se refere a racionalidade, essa não passa unicamente pela questão econômica, mas pelos fatores culturais e sociais. A compreensão da forma organizativa da agricultura familiar passa pelas questões culturais existentes e por fatores sociais. Compreender esses três elementos (econômico, cultural e social) possibilita conhecer a lógica da categoria e observar da possibilidade ou não da mesma se inserir no mercado, em aumentar sua capacidade de produção e portanto melhorar suas condições de vida, e ainda adquirir algum tipo de crédito. Nesse sentido, Abramovay procurando compreender essa dinâmica remete o estudo a dois fatores: produção e consumo, afirmando que: “É portanto na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários a sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo de sua organização econômica interna”. (ABRAMOVAY, 1992, p. 103)

Associado a esse raciocínio percebe-se em Santana, a importância de se ter um acompanhamento mais preciso no que se refere aos estabelecimentos dos agricultores, um acompanhamento maior das atividades a serem produzidas, um real planejamento dessas atividades, e a identificação desse agricultor com essas atividades. Pois as famílias ali reunidas, sabendo-se que apesar do interesse em acumular riquezas, prevalece ainda as relações de solidariedade, os traços culturais quer marcados pela religiosidade, quer marcados por costumes, além de uma incipiente participação junto ao mercado local, participando da lógica da concorrência, ou seja, de participar em condições do mercado de bens agrícolas.

Arelado a isso Chayanov (1974) já demonstrava que o processo organizativo não se faz unicamente pelo olhar econômico, considerando-se também os vínculos sociais,

tradicionais que orientam todo o processo tanto produtivo e de orientação do consumo, além das técnicas e regras que não se fecham puramente numa racionalidade econômica. E o Pronaf com suas influências institucionais deveria abranger todos esses fatores que envolvem as organizações dessas famílias, porém, as relações institucionais ainda são falhas, ficando questões problemáticas quer na questão da assistência técnica, dos financiamentos pelos agentes financeiros, bem como pelas fragilidades encontradas nas formas organizativas dos agricultores.

Essa fragilidade das relações institucionais podem ser observadas por Gazolla e Schneider (2007), quando ressaltam o fator risco no processo institucional e mercadológico, isso permite fazer uma relação com o Pronaf, quando nas suas operações (contratações) se identificam os riscos das atividades a serem financiadas, de o Programa não conseguir estimular a diversificação podendo conduzi-la a uma especialização da produção. A exemplo disso, pode se citar em Santana a procura por se financiar sempre a atividade de pecuária bovina. Os projetos financiados em sua maioria são voltados para essa atividade. Fatores estruturantes e nesse caso remete-se mais uma vez à fragilidade das relações institucionais, em que os projetos para Pronaf não estimularam a diversificação da produção daquela comunidade, os investimentos não tiveram aplicação de custeio para manter a atividade investida, sendo as atividades de arroz, feijão e milho, voltadas basicamente para o consumo das famílias.

Como foi apresentado no capítulo 2, em que a proposta do Pronaf enquanto política pública para a agricultura familiar indica um risco de direcionamento para uma especialização da produção, fragilizando a proposta do programa que é a de diversificação da produção, conduzindo portanto ao estímulo de se buscar financiamentos para atividades que estejam estreitamente relacionadas à expectativa do mercado, com a ilusão em alguns casos do potencial de retorno financeiro e a garantia da comercialização, que muitas vezes essas atividades ao serem financiadas podem remeter o agricultor a perda de produção e portanto à inadimplência, como aconteceu com os agricultores entrevistados pertencentes ao grupo dos não pronafianos e que fizeram projetos de FNO-especial, onde alguns tiveram projetos induzidos a uma atividade não condizente com a realidade da área, e perderam a produção e encontravam-se à época da pesquisa quase todos inadimplentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode desconsiderar a importância do PRONAF como uma política pensada e voltada para a agricultura familiar. O Programa consegue focalizar ações e políticas para a agricultura familiar, mas ainda com alguns problemas que mantêm muitos agricultores excluídos do processo. Apesar de os resultados aqui apresentados não serem suficientes para uma avaliação de impacto do programa no que se refere ao crédito, esta pesquisa observou o Pronaf crédito como um instrumento que pode refletir na renda dos agricultores por ele assistidos. Além disso, é possível se realizar pesquisa sobre Pronaf em área de assentamento, mesmo que parte dos entrevistados tenha obtido algum tipo de financiamento para atividades agropecuárias.

Apesar de os resultados encontrados apontarem para uma diferenciação na renda dos agricultores que receberam PRONAF comparados aos que não receberam, não foi possível afirmar que isso se deva ao referido programa, e a não confirmação dessa informação se deveu a falta de maiores elementos como a não utilização de instrumentos ou variáveis metodológicas que pudessem responder a existência ou não de impactos na renda dos entrevistados, o que não impede que novas pesquisas se realizem, para verificação do impacto do Programa no desenvolvimento ou não da comunidade.

O assentamento recebeu investimentos no grupo PRONAF A, porém foi possível verificar que não foi aplicado na comunidade de Santana, o PRONAF A/C, referente ao custeio para atividades agrícolas, em atividades como plantio de feijão, mandioca e milho. A atividade temporária produzida na referida comunidade remete a possibilidade de custeio, para isso se faz necessário um bom acompanhamento da assistência técnica, além do que o PRONAF A/C não representa risco para os bancos, pois o risco dessa operação é todo da União, isso não significa dizer que esse tipo de crédito deva ser realizado de forma irresponsável por nenhuma das partes envolvidas.

Os financiamentos em PRONAF-A, destinaram-se a pecuária bovina, com pouca introdução junto a outras culturas e criações. Segundo os agricultores, à época dos projetos o que estava tendo melhor e maior procura pelo mercado era o gado, motivo que estimulou alguns a financiarem essa atividade. É certo que em alguns casos mais pontuais, ouve a influência de terceiros para conseguir financiamento pelo PRONAF. Segundo informações da

prestadora que presta assistência técnica no referido assentamento, a mesma vem tentando reduzir projetos voltados unicamente para a pecuária, estimulando o financiamento de outras atividades como pequenas criações; até o final das visitas de campo realizadas em Santana, essa proposta estava muito inicial e com poucos projetos indicando a diversificação de culturas e criações; mas segundo os técnicos da prestadora, outras comunidades e outros assentamentos assistidos pela mesma, vem sendo atendidas com outras atividades que não seja a pecuária bovina.

Segundo alguns agricultores entrevistados, o Programa é visto como melhor organizado. Em Santana, os agricultores que encontram-se inadimplentes com o FNO-especial quando liquidassem suas dívidas buscariam o PRONAF. Entre os pronafianos, entrevistados, a sua maioria relatou que o programa trouxe melhorias como possibilidade de contratação de mão-de-obra quando necessário, uma relação com as instituições financeiras (bancos), mais facilidades junto ao comércio local, aquisição de equipamentos como geladeira, televisão, experiência com financiamentos, entre outros. No que se refere a melhorar o programa, algumas sugestões foram: para que o recurso fosse repassado na sua totalidade para o agricultor, pois segundo alguns entrevistados, eles não se sentem livres para escolher os produtos que gostariam de adquirir; mais visitas da assistência técnica; que os bancos orientassem melhor sobre o crédito e que fosse aumentado o número de parcelas, o prazo de carência e que os juros pudessem ser reduzidos. Essa redução de juros é referente aos juros cobrados quando o agricultor não consegue pagar no vencimento da parcela e redução no processo burocrático, além de que houvesse garantia para perdas na produção e por morte de animais quando no prazo de carência, como exemplo, nos casos de mordida de cobra.

Conforme o capítulo 4, outros entrevistados do grupo dos pronafianos informaram que não gostariam de adquirir novamente PRONAF, isso porque alguns não se sentem mais em condições de continuar trabalhando na terra; que não deveriam ter feito nenhum outro projeto, e só perceberam essa dificuldade após ter adquirido o financiamento; além de não se sentirem livres para poder escolher de quem comprar os produtos e animais.

Entre os não pronafianos, apesar de sua maior parte encontrarem-se inadimplentes, os que se encontram nessa situação tanto pelo FNO como pelo Procefa responderam que gostariam de adquirir projetos financiados pelo PRONAF, em especial por acharem o programa mais organizado, por perceberem que quem adquire PRONAF consegue pagá-lo,

mas só não o fazem por encontrarem-se pendentes junto aos financiamentos anteriormente adquiridos, sendo que dos 17 não-pronafianos, apenas 5 responderam que não fariam outro financiamento por medo de se endividarem e por não confiarem mais nos financiamentos.

Em relação aos que não fizeram nenhum tipo de financiamento, inclusive PRONAF, alguns responderam que gostariam de adquirir o PRONAF-crédito para outras atividades como piscicultura, outros justificaram não buscarem financiamentos por problemas de saúde por conta dentre outros fatores, da idade avançada e pelo fato de os filhos não darem prosseguimento a atividade, além do medo de se endividarem.

A pesquisa apontou também para o fato de que os agricultores entrevistados ainda tem dificuldade para compreender a operacionalidade do PRONAF-crédito rural, bem como o seu funcionamento, e que precisam de uma melhor orientação sobre o crédito. Muitos só vieram entender melhor o Programa, depois que o obtiveram. E a necessidade de se planejar o crédito e compreender seu funcionamento e de como planejar atividade para recebê-lo, como pagar, a importância e a necessidade de clareza sobre os riscos de se pagar parcelas após o vencimento, pode auxiliar para evitar em alguns casos, o pagamento de parcelas atrasadas e futuramente a inadimplência. Para isso, é preciso maior e melhor atuação da assistência técnica e dos próprios bancos nesse processo.

Tanto nesta pesquisa, como em eventos de discussão sobre o PRONAF, percebe-se a necessidade de reforçar a capacitação dos agricultores, conduzi-los a um planejamento de suas atividades para que possam estar verificando a necessidade ou não de financiamento, se vier a financiar, verificar se precisam ou não atingir o teto dos financiamentos. Logo, é preciso deixar claro para o agricultor o porquê de ele fazer um projeto financiado, o quanto de volume de recurso irá precisar, o porquê de se pagar no prazo certo e ter conhecimento e clareza do seu saldo devedor caso venha a pagar alguma parcela fora do vencimento.

Em relação a assistência técnica em Santana, mais de 50% dos pronafianos recebem visitas da prestadora com uma média de 5 visitas por agricultor. O grupo dos não-pronafianos, um pouco mais da metade recebeu visitas da Coordsus. Ainda em menção ao capítulo 4, a pesquisa indicou que os agricultores que recebem crédito são os que tem visitas da assistência técnica, enquanto que os agricultores não financiados quando não a recebem, recebem aquém

do necessário. Essa prática não pode ser mantida, pois as prestadoras tem a função de acompanhar e assistir todos os agricultores independente de terem ou não financiamentos.

Muitos são os entraves para aplicação de um crédito com maior qualidade e segurança. Para se ter um mínimo de inadimplência para o agricultor e sucesso na sua produção, entre os entraves podemos citar: o nível organizacional dos agricultores que em algumas regiões do estado ainda é insuficiente; uma melhor estruturação e planejamento dos projetos elaborados pelas assistências técnicas, maiores investimentos no setor educacional para o meio rural, a verificação e certificação da existência de mercados estruturados para escoamento da produção, entre outros fatores. Apesar dos projetos financiados junto aos pronafianos em Santana terem indicado melhorias junto a esses agricultores, o programa ainda não é do todo perfeito. Na forma como se apresenta, enquadrado por grupos que estabelecem níveis de renda diferenciados, pode-se fazer com que outros agricultores deixem de ser assistidos pelo programa.

Outros fatores que precisam ser melhor operados e discutidos são os de ordem ambiental, como os licenciamentos ambientais. Sabe-se que a legislação ambiental está sendo interpretada com bastante rigor, mas que em alguns momentos, onde esse rigor seja aplicado com mais veemência junto aos pequenos agricultores, pode afetá-los de forma prejudicial.

Um outro problema muito sério e que não tem sido controlado pelo Programa é a inadimplência. Apesar de não serem apresentados neste trabalho números para confirmar essa informação, é sabido da seriedade e da necessidade de se controlar e tentar reduzi-la. A inadimplência é considerada um dos maiores gargalos do PRONAF crédito. É tido como um gargalo tanto para os agricultores que se encontram nessa situação e que mesmo em processos de renegociação de dívidas não vêm conseguindo eliminá-la, como para os agentes financeiros. Em Santana, pelo que foi levantado junto aos pronafianos, ela ainda não foi identificada.

Na forma como o programa foi criado, pensado e desenhado, enquanto política pública, com o propósito de servir como um instrumento de desenvolvimento rural no Brasil, tentando reduzir a pobreza no campo, através da assistência aos agricultores familiares, e o modelo influenciado pelo modelo francês de agricultura familiar, há uma concentração dos recursos para as regiões sudeste e especialmente a sul dos país, ficando a região Norte como

a que menos recebe recursos para aplicação. Logo, os problemas enfrentados pelos agricultores e os de ordem operacional não se esgotarão. Há necessidade de mais pesquisas, a fim de se verificar os objetivos do programa e se este possibilita sustentabilidade ao agricultor, e adequar esse desenho à região. Quando todos os atores envolvidos no processo tiverem a certeza de que o maior beneficiário é o agricultor, e quando se conseguir afastar desse cenário os atores que o “poluem”, talvez se possa alcançar melhores resultados.

Como indica um estudo organizado por Mattei (2006), questionamentos voltados para mensurar a relevância de uma determinada política pública podem sugerir respostas no que se refere ao número de pessoas beneficiadas por essa política, seus impactos junto aos seus beneficiários, na economia e meio ambiente. Conforme esse autor, é preciso pensar no volume de recursos a ser disponibilizado para essa política. Perguntas voltadas para a investigação sobre como ou se o PRONAF consegue atender a todos os agricultores familiares, e se vem conseguindo reduzir a desigualdade no campo ainda serão necessárias.

Arelado a essa questão, passa pela verificação e confirmação pelas leituras, da necessidade de uma maior interação e integração entre os atores envolvidos nesse processo, em especial as assistências técnicas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas delegacias regionais, o INCRA e agentes financeiros, pois todos assumem papel relevante nesta política pública no que se refere à aplicação e ao acompanhamento dos projetos financiados. A forma como o PRONAF-crédito vem sendo gerido, a forma como as metas são estabelecidas para as regiões e a ausência de um planejamento por parte das Instituições envolvidas, contribui para no caso aqui da Região Norte, no não cumprimento dessas metas, o que faz com que os recursos não sejam aplicados no seu todo.

O Pará por ser um Estado com o maior número de assentamentos do país, tem no grupo dos assentados um grande potencial de demanda que precisa ser melhor focado com a verificação de quais os tipos de investimentos a serem voltados para essas áreas, para que sejam aplicados créditos com qualidade. Para esse cenário e para as demandas de agricultores familiares não assentados, é preciso que se fortaleçam e tenham uma maior e melhor atuação não apenas das instituições envolvidas, bem como dos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, e os Grupos Estaduais de Reforma Agrária (GERA).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 1992. p.79-131.

_____. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, Glaucio; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP; EDUSP-2001. p.1-13.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: TEXTO para Discussão, n. 641. Brasília, DF, 1999.

ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e Limites da Experiência Brasileira nos anos 90. **Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

ALMEIDA, Josimara da S. **Os impactos do FNO na Agricultura do Município de Castanhal**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2004.

ALTAFIN, I. Guimarães; DUARTE, L. Maria Goular. **Desenvolvimento Sustentável e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF**. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000/altafin/Paper0726.PDF>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

ANJOS, F. Sacco dos; GODOY, W. Itamar; CALDAS, N. Velleda; GOMES, M. Conill. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 3, jul./set. 2004.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2001. p. 29-39.

ASSIS, W. S. de; SILVA, L. M. S. PRONAF e a agricultura familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades. In: SIMÕES, Aquiles (Org.). **Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Belém: Centro Agropecuário; NEAF; SBSP, 2003. p. 13-37.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, V. 13, n. 4, out./dez., 2004. p. 10-17.

BELIK, Walter. **Avaliação da Operacionalização do Programa PRONAF**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2007.

BITTENCOURT, A. B. **Abrindo a caixa presta do PRONAF: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 227f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio ambiente) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BITTENCOURT, G. Alceu; ABRAMOVAY, R. **Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar**: o Sistema Cresol. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/bitten.PDF>>. Acesso em: 26 maio 2007.

BRASIL. Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996. Constitui a criação do PRONAF. **Diário Oficial da União**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. PRONAF 2002: Relatório Institucional. Brasília, DF: MDA; SAF; PRONAF, 2002. 72 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desenvolvimento Agrário como estratégia**: balanço MDA, 2003-2006/Ministério do Desenvolvimento Agrário – Porto Alegre: Nead, 2006. p. 131.

BRUNO, Regina A. L.; DIAS, Marcelo M. **As Políticas Públicas de Crédito para os Assentamentos Rurais no Brasil**: Relatório de Consultoria. Rio de Janeiro, 2004. 70 p.

BUAINAIN, A. M; S. FILHO, Hildo M. de. **PROCERA: Impactos Produtivos e Capacidade de Pagamento**. 1999. 10 p. Disponível em: <www.gipaf.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 21 dez. 2006.

_____. ROMEIRO Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. A agricultura familiar no Brasil e o novo mundo rural. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003.

_____. A agricultura familiar no Brasil (Agricultura familiar e sistemas de produção). In: PROJETO: UTF/BRA/051/BRA, Brasil FAO/INCRA. Março, 2000. 58 p.

CARDOSO, Antonio; FERREIRA, Solange F. M. Uma nova experiência de assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária no Nordeste paraense, através do Projeto Lumiar. In: SIMÕES, Aquiles; SILVA, Luis S.; MARTINS, Paulo F. da S. 2001.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 8, p. 70-82, abr. 1997. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos.html>. Acesso em: 04 nov. 2006.

CASTELLANET, Christian. **Agricultura Familiar**: métodos e experiências de pesquisa-desenvolvimento. Belém: NEAF; CAP; UFPA; GRET, 2001. p. 320-358.

CERQUEIRA, P. da Silva; ROCHA, A. Georgina. Agricultura familiar e PRONAF: elementos para uma discussão. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 105-117, dez. 2002.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Edicione Nueva Visión, 1974. 131 p.

COSTA, F. de A. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte: contexto e impactos. **Revista NAEA**, Belém, 2001, v.4, n. 1, p. 73-102.

_____. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. **Revista NAEA**, Belém, 1994, n. 1, p. 5-48.

_____. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 1, jan./mar. 1995.

COSTA, F. de A. ; HURTIENNE, Thomas. Inovações, camponeses e desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: COSTA, Francisco de A.; HURTIENNE, Thomas; KAHWAGE, Claudia (Org.). **Inovação e difusão tecnológica para sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia Oriental**: resultados e implicações do projeto SHIFT. Belém: UFPA; NAEA, 2006. p. 9-18.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente (Org.). **As ciências Sociais**: desafios do milênio. Natal: EDUFRN, 2001. p. 337-371.

DENARDI, R. Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.

EVANS, Peter. Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidade e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 9., p. 20-62. 2003.

FEITOSA, Terezinha C. Análise da sustentabilidade na produção familiar no Sudeste paraense: o caso dos produtores de leite do município de Rio Maria. In: MENEZES, Maria de N. A.; NEVES, Delma P. (Org.). **Agricultura familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento. Belém: UFPA; CCA; NEAF, 2004. p. 259-296.

FERNANDES, B. Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Revista Agrária**, n. 1, p. 16-36, 2004.

FIGUEIREDO, Marcus F.; FIGUEIREDO, Argelina Maria C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set/dez. 1986.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. AS DUAS "CARAS" DO PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: PRONAF 10 Anos. 1 CD-ROM.

GUANZIROLI, Carlos Henrique. PRONAF 10 anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Paper apresentado no XLIV CONGRESSO SOBER, jul. 2006, Fortaleza-CE. 29 p.

GUANZIROLI, Carlos Henrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA-FAO, 2000. 76 p.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71. jun. 2005.

KAGEYAMA, Ângela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Revista Agric**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-03-1.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2006.

LAMARCHE, Huges (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 13-33.

MARTINS, José de S. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 199-221, 1980.

MATTEI, Lauro. PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica. MDA-Brasília. P. 7-8, 44-58. 2006. In: PRONAF 10 anos. 1 CD-ROM.

_____. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., Belém, 2001. Disponível em: <<http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/lauromattei/trabalhosbsp.doc>>. Acesso em: 25 ago. 2006.

MENEZES, Antonio José E. A. Análise econômica da “produção invisível” nos estabelecimentos agrícolas familiares, no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranha, Município de Nova Ipixuna (Pará). In: MENEZES, Maria de N. A.; NEVES, Delma P. (Org.). **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**. Belém: UFPA; CCA; NEAF, 2004. p. 329-370.

MOREIRA, J. Roberto. **Agricultura familiar processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: MUAD, 1999. p. 157-180.

NETO, Martin Mundo. **Crédito para a agricultura familiar: um estudo no município de São Carlos**. 2004. 167f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. 2004.

NEWMAN, Pedro S.; FERREIRA, Paulinho E. R. Análise do PRONAF como política pública de promoção e desenvolvimento da agricultura familiar: o caso do município de Três Palmeiras-RS. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.alasru2002.hpg.ig.com.br/gt10.htm>>. Acesso em: 17 set. 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37. 1996.

ORTEGA, A. C; CARDOSO A. Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: O PRONAF à Luz do LEADER. **Revista de economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 2, p. 265-304, abr./jun. 2002.

O QUE é PRONAF. Perguntas e respostas. Disponível em:
<http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm>. Acesso em: 23 maio 2006.

SANTOS, M. Gouveia dos. **Legislação ambiental**: reserva legal e áreas de preservação permanente no Projeto de Assentamento do Itabocal-PA. Belém: Paka Tatu, 2003.

SCHMITZ, Heribert. Projeto Lumiar: alternativa de assistência técnica frente à proposta do “Novo Mundo Rural”. In: GICO, Vânia de Vasconcelos; LINDOSO, José Antonio Spinelli; COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente (Org.). **As ciências Sociais**: desafios do milênio. Natal: EDUFRN, 2001. p. 337-371.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP; CAMPINAS, 1996. p. 1-39.

SILVA, José G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 114 p.

TURA, L. R. Notas introdutórias sobre os fundos constitucionais de financiamento e sua configuração na Região Norte. In: TURA, L. R.; COSTA, F. A. (Org.). **Campesinato e estado na Amazônia**. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2000. p. 29-45.

WANDERLEY, M. de N. Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20, Caxambu, 1996. GT-17 Processos Sociais Agrários.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
COMUNIDADE SANTA ANA, ÁREA DE ASSENTAMENTO ITABOCAL-PA

Entrevistador (a): _____	Questionário n°: _____
Local da entrevista: _____	Data: _____

Início da entrevista : _____ hs.

Encerramento da entrevista: _____ hs.

1. DADOS GERAIS SOBRE O (A) BENEFICIÁRIO (A)

- 1.1. Nome/apelido: _____
- 1.2. Sexo: Masculino () Feminino ()
- 1.3. Idade: _____ anos
- 1.4. Estado civil: Casado/a() Solteiro/a() Amigado/a() Viúvo/a() Divorciado/a() Separado/a()
- 1.5. Local de nascimento: Estado _____ Município _____
- 1.6. Quando chegou em Itabocal: _____ Vindo de onde: _____
- 1.7. Profissão(ões) que teve antes de chegar ao assentamento () Agricultor/a () Vendedor/a () Comerciante () Outra/s: _____
- 1.8. Grau de escolaridade: () analfabeto () 1º Grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto () 3º grau completo () pós-graduação.
- 1.9. É filiado a algum sindicato? () Sim () Não Qual? _____
- 1.10. Faz parte de alguma Associação () Sim () Não. Desde quando é associado _____
- 1.11. Participa de outra organização () Sim () Não Qual? _____
- 1.12. Participa das reuniões da Associação que faz parte? () Sim () Não
- 1.13. Com que frequência? _____ vez(es) por semana/ _____ vez(es) por mês/ _____ vez(es) por ano
- 1.14. Exerce (u) cargo na Associação. () Sim Qual? _____ De _____ até _____ () Não.

2. A FAMÍLIA COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO

- 2.1. Qual a modalidade de acesso a terra: () Compra () Ocupação pacífica () Ocupação Conflituosa () Posse antiga reconhecida () Herança () Arrendamento () Concessão de uso () Outra: _____
- 2.2. Assumiu o lote no ano de _____, no mês de _____.
- 2.3. Patrimônio e suprimento no início da exploração (usar moeda da época):

Em dinheiro próprio (valor): _____	Origem: _____
Dinheiro emprestado (valor): _____	Origem: _____
Animais que possuía (nº/espécie) _____	
Utensílios, máquinas e ferramentas: _____	
Como viveu e trabalhou antes da 1ª colheita: _____	

a) 1 hectare = 100 x 100 m (10.000 m²) b) 1 tarefa = 25 x 25 braças = 55 x 55 m (3.025 m²) c) 1 alqueire = 5 hectares = 16 linhas (50.000 m²) d) se usar outra unidade, especificar dimensões	a) Título Definitivo (INCRA ou ITERPA) b) Licença de Ocupação (INCRA) c) Recibo de compra (registrado no cartório?) d) Se for outro tipo, discriminar
--	---

2.4. Qual era a renda média mensal antes de receber o PRONAF?

- () até 01 salário mínimo
 () acima de 01 salário até 03 salários mínimos
 () acima de 03 salário até 05 salários mínimos
 () acima de 05 salário até 07 salários mínimos
 () acima de 07 salário até 010 salários mínimos
 () acima de 10 salários mínimos

2.5. Recebe e/ou dá ajuda financeira/pensão/aposentadoria/salário/etc?

Ajuda recebida			Ajuda dada		
De quem	Quanto		Para quem	Quanto	
	Por vez (R\$)	Vezez p/ano		Por vez (R\$)	Vezez p/ano

3. MEIOS DE PRODUÇÃO

3.1. Evolução dos Recursos Vegetais (se tiver mais de duas capoeiras anotar no verso)

Lote	Início da exploração (ano:)		Hoje (ano:)	
	Área	Idade		Área
Área Total			Área Total	
Mata			Mata	
Área explorada			Área explorada	
Várzea inundável			Várzea	
Capoeira 1			Capoeira 1	
Capoeira 2			Capoeira 2	
Roça			Roça	
Culturas permanentes			Culturas	
Pasto sujo (juquira)			Pasto sujo	
Pasto limpo			Pasto limpo	
Outra ()			Outra ()	

3.2. Produção, consumo e comercialização de produtos extrativos no último ano

Produto	Produção	Unid.	Consumo familiar	Venda			Quem comprou? (% do vendido) *					
				Quantid.	Preço/unid	Tota	B	C	A	F	O	A
Madeira												
Cipó												
Mel												
Peixe												
Borracha												
Castanha												
Cupuaçú												
Andiroba												
Cupaíba												
Muruci												
Açaí												
Lenha												
Banana												
Cana												

* marcar com X: B = Bodegueiro (pequeno comerciante da comunidade); C = Camioneiro (atravessador que vem comprar na comunidade; A = Atacadista (grande comerciante que compra em quantidade na cidade); F = Feira (o agricultor vende na feira direto ao consumidor); O = Organização (cooperativa, caixa agrícola, associação, etc.); As = Assentado (Assentado do próprio PA).

3.3. Criações de animais dentro do(s) estabelecimento(s), autoconsumo e venda (no ano da pesquisa).

Espécie	Próprio				De terceiros (nº)			
	Qtde	Financiados		Preço unitário de venda na região	De meia (Qtde)	Aluguel de pasto		Cessão pasto (Qtde)
		Ano	Por quem			Qtde.	Valor do aluguel/mês	
Bois								
Vacas								
Novilhos								
Novilhas								
Bezerros								
Bezerras								
Cavalos								
Burros								
Galinhas								
Porcos								
Bodes								
Colméias								
Peixes								

* Preço de venda na região (em R\$).

3.4. Tem algum animal fora do lote? () sim; () não; Qual (is), quantos e em que condição ?

3.5. Antes do PRONAF, o Sr. já tinha gado no seu lote?

() Sim () Não. Quantas cabeças? _____

4. USO DAS TERRAS

4.1. A dinâmica das culturas temporárias (arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças e outras de ciclo curto).

<u>Culturas / Época</u>	Ano plantio	Plantio		Colheita				% de traba- lho próprio
		Uni- dade	Área	Uni- dade	Quan- tidade	Traba- lhador (a)/dia	Dias	
1.No início da exploração:								
a) Consórcios								
b) Culturas Solteiras								
2.Hoje								
a) Consórcios								
b) Culturas Solteiras								

- colocar unidade de medida utilizada pelo agricultor (no caso de hortaliças anotar produção semanal ou mensal, e explicar. Se preciso, utilizar o verso desta folha).

4.2. Consumo familiar e comercialização de culturas temporárias no último ano agrícola.

Produto	Quant.	Unid.	Auto-Consumo	Venda			<u>Quem comprou ?</u> Em %* do vendido					
				Quant.	Preço p/Uni	Total	B	C	A	F	O	As

* mesma observação do item 3.2. (Bodegueiro, Camioneiro, Atacadista, Feira, Organização, Assentado)

4.3. Consumo familiar e comercialização de culturas perenes no último ano agrícola.

Produto	Unidade	Produção	Auto-Consumo	Venda			<u>Quem comprou ?</u> Em %* do vendido					
				Quant.	Preço p/Uni	Total	B	C	A	F	O	As

* mesma observação do item 3.2. (Bodegueiro, Camioneiro, Atacadista, Feira, Organização, Assentado)

4.4. Consumo familiar e comercialização da pecuária bovina no último ano agrícola.

Produto	Unidade	Produção	Auto-Consumo	Venda			<u>Quem comprou ?</u> Em %* do vendido					
				Quant.	Preço p/Uni	Total	B	C	A	F	O	As
Leite												
Queijo												
Boi												
Vaca												
Novilho												
Novilha												
Bezerro												
Bezerra												

* mesma observação do item 3.2. (Bodegueiro, Camioneiro, Atacadista, Feira, Organização, Assentado)

4.5. Consumo familiar e comercialização da criação no último ano agrícola.

Produto	Unidade	Produção	Auto-Consumo	Venda			<u>Quem comprou ?</u> Em %* do vendido					
				Quant.	Preço p/Uni	Total	B	C	A	F	O	As
Frangos												
Ovos												
Mel												
Porco												
Peixe												

* mesma observação do item 3.2. (Bodegueiro, Camioneiro, Atacadista, Feira, Organização, Assentado)

5. **ACESSO AO CRÉDITO RURAL**

5.1. O Sr. (a) já tinha recebido algum tipo de financiamento bancário antes do atual? Sim(); Não() Qual? _____

5.2. Que financiamento(s) mais recente(s) o Sr. recebeu ? Em que ano ? () PROCERA (ano: _____); () PRONAF (ano: _____); () Outro (ano: _____) Especificar: _____.

5.3. Em qual Banco o Sr(a) conseguiu este financiamento ? _____ Agência: _____;

5.4. Este financiamento foi contratado para que atividades?

Culturas (1) / Criações (2)	Área (1)	Nº de cabeças (2)
a) Cult. Temporárias (especificar)		
b) Cult. Permanentes (especificar)		
c) Pecuária (especificar)		
d) Outros		

5.5. Houve algum avalista para o contrato? () Sim () Não. Quem foi o avalista do contrato ? _____

5.6. Quem elaborou o projeto? _____ Era isso que o Sr. queria financiar? () Sim; () Não; Por que? _____

5.7. Tinha experiência anterior com a cultura financiada? () Sim; () Não

5.8. Qual o valor total do financiamento de acordo com a cédula rural? R\$ _____

5.9. O Sr.(a) já recebeu todo esse recurso?

() Sim

() Não. Quanto recebeu: _____

5.10. O Sr.(a) utilizou o recurso como estava previsto no projeto, ou precisou utilizar em outras necessidades?

() utilizou no projeto: R\$ _____

() utilizou para outras necessidades: R\$ _____

5.11. Já aconteceu do Sr (a) não ter conseguido pagar alguma parcela do financiamento?

() Sim

() Não

Quantas e Porquê? _____

5.12. Cultivos de cultura permanente no lote, antes do recebimento do PRONAF.

Culturas	Ano plantio	Área plantada	Área colhida	Produção		Venda.		
				Quant	Unid	Quant	Preço/unid	Total

5.13. Cultivos de cultura temporária no lote, antes do recebimento do PRONAF.

Culturas	Ano plantio	Área plantada	Área colhida	Produção		Venda.		
				Quant	Unid	Quant	Preço/unid	Total

6. APOIOS INSTITUCIONAIS A CONTAR DO RECEBIMENTO DO PRONAF

6.1. O senhor recebeu Assistência Técnica ? () Sim () Não; De quem? _____

6.2. Quantas visitas de Assistência Técnica foram feitas no seu lote? _____

6.3. A assistência técnica é: () boa; () regular; () ruim; Por que?: _____

6.4. O Sr. utiliza alguma forma de aprendizado técnico ? () não; () sim, Qual(is)?
 () trabalhando para terceiros; () visitando outros projetos; () participando de mutirão na Associação; () ouvindo programas de rádio; () assistindo programas na TV ou Vídeo;
 () lendo revistas técnicas;
 () outras atividades: _____

7. QUESTÕES GERAIS

7.1. O financiamento mudou alguma coisa no seu lote e/ou na sua vida? O que ?

7.2. Sugestões para melhorar as condições do financiamento:

7.3. O senhor se sente numa situação econômico-financeira melhor ou pior do que antes de recebido o PRONAF? Por que?

7.4.) Sr(a) sente necessidade de adquirir novamente o PRONAF? () Sim () Não. Porquê? _____

7.5. Por que o Sr.(a) prefere não receber o PRONAF?

7.6. Observações sobre a entrevista :

Ass. do entrevistador: _____